



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas – IH  
Departamento de Serviço Social – SER

**Renata Caroline da Costa Vaz**

**SOCIEDADE DO DISTRITO FEDERAL E PESSOAS COM  
NECESSIDADES ESPECIAIS: O IMPACTO DESSA RELAÇÃO  
NAS POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE**

**Brasília, DF  
2009.**



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas – IH  
Departamento de Serviço Social – SER

**Renata Caroline da Costa Vaz**

**SOCIEDADE DO DISTRITO FEDERAL E PESSOAS COM  
NECESSIDADES ESPECIAIS: O IMPACTO DESSA RELAÇÃO  
NAS POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Serviço  
Social da Universidade de Brasília como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social.

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. MS. Camila Potyara Pereira**

**Brasília, DF  
2009.**

---

V393s Vaz, Renata Caroline da Costa.

Sociedade do Distrito Federal e pessoas com necessidades especiais: o impacto dessa relação nas políticas de acessibilidade [manuscrito] / Renata Caroline da Costa Vaz. – 2009.

69 f. : il. ; 30 cm.

Datilografado (fotocópia).

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade de Brasília, 2009.

“Orientadora: Prof<sup>a</sup>. MS. Camila Potyara Pereira”.

1. Pessoas com necessidades especiais. 2. Política de acessibilidade. 3. Acessibilidade. 4. Sociedade do Distrito Federal. I. Título.

---



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas – IH  
Departamento de Serviço Social – SER

**RENATA CAROLINE DA COSTA VAZ**

**SOCIEDADE DO DISTRITO FEDERAL E PESSOAS COM NECESSIDADES  
ESPECIAIS: O IMPACTO DESSA RELAÇÃO NAS POLÍTICAS DE  
ACESSIBILIDADE**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup>. MS. Camila Potyara Pereira (Orientadora)**

---

**Márcia Maria Braga Rocha Muniz (Membro Externo - Coordenadora Técnica da  
Comissão Permanente de Acessibilidade - DF)**

---

**Prof<sup>a</sup>. MS. Daniela Neves de Sousa (Membro Interno – Departamento de  
Serviço Social/UnB)**

## **Agradecimentos**

---

Agradeço primeiramente a Deus, autor da vida e amigo de todas as horas.

À minha mãe, pai e irmãos, que sempre me deram apoio e força, não cobrando nada em troca. Aos meus familiares por todo o apoio ao longo de toda a minha vida, por sempre acreditarem em mim e sempre me incentivarem a lutar por meus objetivos, sem vocês eu não teria conseguido.

À professora Ms. Camila Potyara Pereira, pelo incentivo, pela disponibilidade e por toda paciência na construção deste trabalho.

À professora Daniela Neves de Sousa por aceitar participar da banca examinadora, bem como à Márcia Muniz e à Isabel, por sempre se mostrarem dispostas a me escutar e auxiliar na construção deste trabalho.

Ao Filipe por toda a paciência e disposição pra me ajudar. Por acreditar em mim mesmo quando eu não acreditava sempre disposto a andar horas atrás de conseguir uma entrevista ou uma foto, sempre atento a alguma informação que pudesse contribuir com meu trabalho. “Nosso” trabalho deu certo!

As companheiras de estudo, medos, alegrias e por que não, “picaretagens”, Alessandra e Raquel, vocês foram muito importantes durante todos estes anos, fizeram a Universidade ser muito mais divertida. À Eliene, Regiane, Geuci, Dani e toda a minha turma por todos os momentos que passamos junt@s.

Aos amigos, Bruno, Humberto, Gilmar, Selma, por sempre estarem dispostos a me ajudar e incentivar a nunca desistir de um objetivo. Vocês são exemplos de determinação. Ao Fábio por todos os momentos divertidos que tivemos juntos.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que pudesse chegar até aqui. A todos os amigos e amigas, professores e pessoas que passaram em minha vida contribuindo para o meu crescimento.

Renata Caroline da Costa Vaz

## **Deficiências**

"Deficiente" é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

"Louco" é quem não procura ser feliz com o que possui.

"Cego" é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

"Surdo" é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

"Mudo" é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

"Paralítico" é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

"Diabético" é quem não consegue ser doce.

"Anão" é quem não sabe deixar o amor crescer.

E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois:

"Miseráveis" são todos que não conseguem falar com Deus.

(Mário Quintana)

## **Lista de Siglas**

---

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidades
CODDEDE	Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração Pessoa Portadora de Deficiência
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CPA	Comissão Permanente de Acessibilidade
DF	Distrito Federal
DFTRANS	Transporte Urbano do Distrito Federal
DPAD	Diretoria para Assuntos da Pessoa com Deficiência
GDF	Governo do Distrito Federal
HBDF	Hospital de Base do Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LIBRAS	Língua Brasileira dos Sinais
MPDFT	Ministério Público do DF e Territórios
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organizações das Nações Unidas
PRODIDE	Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência
SCN	Setor Comercial Norte
SCS	Setor Comercial Sul
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEDUMA	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
SEJUS	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
SEMOB	Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana
SUPLAN	Subsecretaria de Planejamento Urbano

## Resumo

---

Estima-se que na sociedade brasileira existam aproximadamente 35 milhões de pessoas com deficiência ou idosas, sendo ainda impedidas de conviverem com a população em geral, já que há limitações na estrutura social a qual não leva em consideração as pessoas que por diversos motivos tenham restrição em seus movimentos. Desta forma, apresentam-se as ações de acessibilidade promovidas pelo Governo do Distrito Federal, com vistas à promoção da inclusão social de pessoas com necessidades especiais. Verifica-se o imaginário da sociedade do Distrito Federal acerca destas pessoas, a fim de compreender se este influência na formulação das políticas públicas de acessibilidade e em seu reconhecimento por parte da população.

**Palavras-chave:** Pessoas com necessidades especiais. Política de acessibilidade. Acessibilidade. Sociedade do Distrito Federal.

It is estimated that in Brazilian society there are approximately 35 million disabled or elderly still deprived of living with the general population, assuming the limitations in the social structure which does not take into account people who for various reasons have restrictions in their movements. Thus, we present the actions of accessibility promoted by the Federal District Government, aiming to promote social inclusion of people with special needs and to check on Federal District's society's point of view on these people in order to understand if such point of view influences the formulation of public policies on accessibility and its recognition by the population.

**Keywords:** Disabled. Accessibility Policies. Accessibility. Federal District's Society.



# Sumário

---

## Capítulo I

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 PROBLEMÁTICA, QUESTÃO DE PARTIDA E OBJETO.....	12
1.2 OBJETIVO GERAL .....	14
1.2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
1.3 HIPÓTESES .....	14
1.4 JUSTIFICATIVA .....	15
1.5 METODOLOGIA .....	16

## Capítulo II

<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO BRASIL E NO MUNDO .....</b>	<b>18</b>
2.1 Conceito de acessibilidade.....	18
2.2 Definição de acessibilidade .....	22
2.3 Modelo médico e social da deficiência.....	24
2.4 Evolução do Conceito de Acessibilidade.....	26
2.5 Desenho acessível e desenho universal .....	28
2.6 Acessibilidade no Brasil .....	30
2.7 Acessibilidade no Distrito Federal.....	33

## Capítulo III

<b>3 POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>35</b>
3.1 Relação entre Políticas Públicas e Cidadania .....	36
3.2 Marco Legal .....	37

3.2.1 Constituição Federal de 1988.....	37
3.2.2 Legislação Infraconstitucional .....	40
3.2.2.1 Legislação Federal .....	40
3.2.2.2 Legislação Distrital .....	42
3.3 Aplicação da Lei de Acessibilidade .....	43
3.3.1 Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana – BRASIL ACESSÍVEL.....	43
3.3.2. Campanha Nacional de Acessibilidade.....	45
3.3.3 Programa “Acessibilidade: Direito de todos” .....	46
3.3.4 Situação do Programa “Acessibilidade: Direito de todos” .....	47
3.4 CONSIDERAÇÕES .....	49

## **Capítulo IV**

### **4 RELATOS DE EXPERIÊNCIA DA SOCIEDADE DO DF QUANTO À ACESSIBILIDADE.....51**

4.1 CONSIDERAÇÕES .....	63
-------------------------	----

## **Capítulo V**

### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....65**

Referências .....	67
-------------------	----

Anexos .....	72
--------------	----

<b>Anexo 1.....</b>	<b>72</b>
---------------------	-----------

<b>Anexo 2.....</b>	<b>73</b>
---------------------	-----------

<b>Anexo 3.....</b>	<b>74</b>
---------------------	-----------

<b>Anexo 4.....</b>	<b>75</b>
---------------------	-----------

<b>Anexo 5.....</b>	<b>76</b>
---------------------	-----------

# Capítulo I

---

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) busca analisar as ações de acessibilidade promovidas pelo Governo do Distrito Federal para com as pessoas com necessidades especiais (pessoas com deficiência, idosos, obesos, mulheres gestantes e/ou com crianças de colo) e como estas são, ou não, respeitadas pela sociedade.

O tema acessibilidade, no mundo, começou a ser discutido na década de 1940, porém, no Brasil tal assunto é ainda considerado recente, uma vez que, de fato, foi apresentado como questão social a partir da Constituição Federal de 1988 e, mesmo assim, de forma restrita. Desde então, nota-se que ações têm sido realizadas, mesmo que de maneira tímida, com o objetivo de promover a inclusão de pessoas que, por diversos motivos, permanente ou temporariamente, apresentam restrição em sua capacidade de mobilidade.

Na população brasileira, estima-se que aproximadamente 35 milhões de habitantes apresentem algum tipo de deficiência ou são idosos (REVIVA, 2005). Porém, este segmento ainda é, em grosso modo, impedido de conviver harmoniosamente com a sociedade já que, devido à estrutura social vigente, há limitações impostas à participação de pessoas com necessidades especiais no exercício da cidadania.

Conforme o Censo Demográfico (2000), o número de pessoas com 60 anos ou mais se expandiu ao longo das décadas, contabilizando atualmente 10,5% da população brasileira. Já as pessoas com deficiência, constituem um total de 14,5%. Sem contabilizar mulheres gestantes, pessoas obesas ou com algum tipo de restrição em seu movimento, nota-se que idosos e deficientes compõem 25% da população brasileira. Entretanto, ainda são incipientes os estudos sobre tais segmentos e insuficientes as políticas públicas.

Dessa forma, o modelo social da deficiência, em oposição ao modelo biomédico, considera a deficiência um assunto de interesse não apenas do indivíduo e

de sua família, mas de toda a sociedade. Tal modelo propõe que as pessoas idosas devem ser inseridas na categoria de deficientes, já que se depara com diversas limitações corporais que necessitam de atenções especiais. Com isso, as barreiras físicas, sociais e econômicas devem ser eliminadas de modo que todos tenham a mesma condição de acesso, independentemente de suas limitações físicas.

Referente à legislação, o Brasil é um país exemplo. No entanto, faz-se necessário a implementação de políticas por parte do governo que viabilize planos integrados de urbanização, saúde, esporte, educação e cultura com metas e ações convergindo para a obtenção de resguardar os direitos das pessoas que, por diversos motivos, tenham uma necessidade especial.

A acessibilidade e, portanto, a inclusão social de tal segmento deve transcender o nível legislativo e se concretizar em ações integradas entre o setor público e privado e a sociedade civil, garantindo assim que as pessoas com necessidades especiais tenham toda a autonomia necessária para exercerem sua cidadania.

Além disso, deve ser uma política que garanta de fato que as pessoas com mobilidade reduzida possuam toda a liberdade para se locomoverem nos mais diversos espaços, proporcionando, antes de mudanças estruturais, mudanças culturais tendo em vista a responsabilidade social e a dignidade humana.

## **1.1 PROBLEMÁTICA, QUESTÃO DE PARTIDA E OBJETO**

As ações de acessibilidade são, por vezes, apenas uma “falsa acessibilidade”, isto é, nota-se a presença de rampas que dão uma aparência externa de garantia de acesso, sendo que não assegura a autonomia das pessoas de se locomoverem com segurança nos espaços internos. Os transportes coletivos são adaptados, mas, tais medidas, em grande parte, não certificam uma real possibilidade de que os usuários possam usufruir o sistema com liberdade.

Acessibilidade deve ser diretamente relacionada com a possibilidade de se exercer a cidadania, por meio da autonomia e participação. Isto devido ao fato de levar as pessoas com necessidades especiais a utilizar os recursos da comunidade como

maneira de escapar das diversas formas de inatividade em que se encontram. Acarreta o fim de ações assistencialistas, transformando o indivíduo em cidadão participativo, útil e dono de seu destino.

Outro ponto para discussão refere-se ao descaso com as demandas das pessoas com alguma necessidade especial, por parte da sociedade em geral. As vagas para pessoas com deficiência são utilizadas por indivíduos que não necessitam; os banheiros adaptados são, por diversas vezes, utilizados como depósitos; os elevadores servem como “brinquedos”, ou mesmo não atendem às reais necessidades, já que são localizados em locais distantes ou não funcionam.

Nota-se a importância de uma “política de conscientização ou sensibilização” da sociedade de forma a garantir que os direitos das pessoas com necessidades especiais sejam de fato concretizados. A população de maneira geral acredita que deve haver uma adaptação do sujeito à sociedade e não da sociedade às necessidades dos indivíduos, isto é, as pessoas que possuem alguma necessidade especial precisam aprender a conviver em um mundo idealizado para um padrão no qual eles não se enquadram.

Perante essa problemática, surge uma série de inquietações, a saber: *a sociedade contemporânea tem preocupação, respeito e solidariedade para com as pessoas com necessidades especiais? Os programas de acessibilidade realmente atendem às necessidades de tal segmento, garantindo a autonomia necessária para a concretização de sua cidadania? Reconhecendo-se os preconceitos e o estigma que envolve o imaginário social a respeito dos sujeitos com necessidades especiais, quais são as estratégias a fim de impedir tal segmento de ter acesso a uma vida autônoma?*

Com base na problemática acima explicitada e nas perguntas de partida levantadas, o **objeto** desta pesquisa constitui-se: *as ações de acessibilidade desenvolvida pelo governo do Distrito Federal para as pessoas com necessidades especiais e o seu cumprimento, divulgação e respeito por parte da sociedade, levando-se em conta o direito legal dos indivíduos em ter igual oportunidade de acesso com qualidade e de forma autônoma.*

## **1.2 OBJETIVO GERAL**

Levando-se em consideração o envelhecimento populacional e o considerado número de pessoas com deficiência, tal estudo pretende socializar a discussão sobre a situação desse segmento no Distrito Federal, possibilitando a desconstrução de preconceitos e entraves impostos pela sociedade perante a formulação e implementação de políticas públicas e o respeito por elas.

### **1.2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar se há preconceito da sociedade com relação às pessoas com necessidades especiais e até que ponto este pode impedir a participação destes indivíduos na sociedade.
- Verificar se as Políticas Públicas de Acessibilidade de fato promovem a inclusão das pessoas com necessidades especiais e como estas Políticas são acolhidas pela sociedade.
- Contribuir com a reflexão sobre o tema da acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais, trazendo novos elementos para o debate.

## **1.3 HIPÓTESES**

São hipóteses desta pesquisa:

- Poucas são as Políticas Públicas voltadas para a garantia da acessibilidade e quando concretizadas, muitas vezes não são respeitadas pela própria sociedade.
- Os esforços se voltam para a adaptação das pessoas com necessidades especiais aos padrões impostos pela sociedade e pouco, para a modificação das crenças e preconceitos existentes.

- O olhar da sociedade acerca das pessoas com necessidades especiais gera uma barreira à participação destas, pois esse, por vezes é carregado de estigma e preconceito.

#### **1.4 JUSTIFICATIVA**

O interesse por estudar tal tema surgiu ao longo de todo período acadêmico, e principalmente a partir da realização da disciplina “*O Educando com Necessidades Educacionais Especiais*” da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - UnB, a qual, por mais que esteja voltada para a visão educacional, apresenta a questão da deficiência e as formas de promover a inclusão de tal segmento.

Perante o atual momento, onde tem se estruturado políticas públicas de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, a discussão em caráter acadêmico se torna extremamente relevante, tendo em vista complementar uma bibliografia que ainda é escassa sobre o tema.

Os trabalhos que tratam sobre acessibilidade, em sua maioria, abordam apenas a questão do transporte urbano. Neste sentido, o presente trabalho, irá oferecer uma visão de que tais políticas não devem ser restritas ao transporte, mas precisam abarcar todas as situações e lugares de forma a compreender de que forma todos possam levar uma vida autônoma.

Relacionado ao Serviço Social, este trabalho expõe o tema como forma de concretização de direitos e de inclusão social de um segmento que, por diversas vezes, se encontra à margem da sociedade.

Além disso, contribui para a conscientização de que é preciso que haja mudança, lenta e gradual, na mentalidade e ação da sociedade, com constante busca por políticas públicas formuladas com o intuito de atender a todos os tipos de pessoas, adequando-se às diferentes necessidades. Dessa forma, embora acessibilidade seja um tema recente “tem caminhado de modo sistemático, gerando conhecimentos e tecnologias a serem absorvidos por toda a sociedade.” (GARCIA, YANNOULAS, 2003 *apud* SOUZA, 2008, p.14).

## 1.5 METODOLOGIA

A metodologia consiste em um conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades. (DEMO, 1989 *apud* MARTINS, 2004, p. 291). O método aqui adotado foi o histórico-estrutural que consiste em uma abordagem que se propõe ao estudo da sociedade, economia e da história. Tal teoria defende que a evolução histórica ocorre devido aos confrontos entre diferentes classes sociais decorrentes da "exploração do homem pelo homem". Este método é o que mais se adequa aos objetivos desta pesquisa, uma vez que a teoria por ele proposta serve como forma essencial para explicar as relações entre sujeitos. Desse modo, tal relação se expressaria na opressão vivenciada pelas pessoas com necessidades especiais ocasionada pela sociedade em geral.

O método histórico-estrutural tem como fundamento a observação da realidade a partir da análise das estruturas e superestruturas que circundam um determinado modo de produção. Com isso, a história está relacionada ao mundo do ser humano enquanto produtores de suas condições concretas de vida e, portanto, tem sua base fincada nas raízes do mundo material, organizado por todos aqueles que compõem a sociedade. Os modos de produção são históricos e devem ser interpretados como uma maneira que a sociedade encontra, em suas relações, para se desenvolver e dar continuidade à espécie.

Para isso, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

A pesquisa que fundamentou este trabalho se insere no âmbito das Ciências Sociais e fez uso de técnicas qualitativas no levantamento e análise dos dados. A pesquisa qualitativa como afirma Martins, privilegia a análise de microprocessos, por meio de estudo das ações sociais individuais e grupais (2004).

Desse modo, a metodologia da pesquisa se configurou em levantamento bibliográfico e revisão de literatura acerca das questões de acessibilidade, pessoas com necessidades especiais e legislação; trabalho de campo, onde foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com pessoas com necessidades especiais que utilizam as políticas de acessibilidade, sujeitos representantes da sociedade civil do Distrito Federal escolhidos aleatoriamente e representantes do governo.



As entrevistas foram realizadas mediante gravação de voz, depois de aceito pelo participante. Foi lido o Termo Livre e Esclarecido e aceito em duas vias, de forma que a primeira via ficou com o participante e a segunda via com o pesquisador. Foi ainda, explicado que a participação é voluntária, sem nenhum tipo de remuneração, e que são livres para desistir ou retirar o seu depoimento a qualquer momento durante e depois da entrevista, sem nenhum prejuízo, bem como, enfatizado a garantia do sigilo e anonimato dos participantes.

Este trabalho contou ainda com pessoas que compreendem os objetivos e procedimentos adotados na pesquisa, a saber: idosos, pessoas com deficiência, pessoas obesas, motoristas e cobradores de ônibus do transporte coletivo, caixas de bancos, enfermeiros, seguranças de hospitais, universitários, pessoas que estacionam em vagas especiais, representantes do governo local acerca das questões relacionadas às políticas de acessibilidade.

Tais sujeitos foram escolhidos conforme a facilidade de acesso, levando em consideração a diversidade de pessoas de forma a conseguir observar a visão que a sociedade do Distrito Federal tem acerca das pessoas com necessidades especiais. Para tanto, foram realizados um total de 20 (vinte) entrevistas, sendo entrevistadas pessoas de diferentes Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Ao se abordar os indivíduos que infringem a lei que prevê a reserva de vagas em estacionamentos para pessoas com deficiência e idoso foi explicado que se tratava de uma pesquisa qualitativa para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), garantindo-se o anonimato e o sigilo do sujeito, sendo o mesmo livre para não responder o porquê de estacionar nesta vaga.

Foram utilizados como fontes documentos, artigos, legislações, discursos/relatos e observações que tratem sobre idosos e pessoas com deficiência, além de outros indivíduos com mobilidade reduzida. Tais fontes foram adquiridas por meio de livros, cartilhas, revistas especializadas e internet.

## **Capítulo II**

---

### **2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO BRASIL E NO MUNDO**

A partir das mudanças ocorridas ao longo dos anos com o processo de industrialização e advento da tecnologia. As sociedades têm-se tornado altamente imediatistas em constante luta contra o tempo, demandando pessoas cada vez mais rápidas, que executem as tarefas de forma ágil e em curtíssimo tempo, apresentando características de sujeitos polivalentes, isto é, capazes de realizar diversas atividades em um mesmo ambiente. Em sentido contrário, surgem as pessoas com necessidades especiais, pois com suas limitações, aparecem como seres que inevitavelmente se afastam do modelo hegemônico de funcionalidade.

Dessa forma, a acessibilidade vem como uma maneira de garantir que essas pessoas possam exercer a cidadania com dignidade humana. Perante isto, este capítulo abordará o contexto histórico da acessibilidade tanto no Brasil quanto no mundo, apresentando também, conceitos relevantes para se compreender as ações desenvolvidas referentes à acessibilidade.

#### **2.1 Conceito de acessibilidade**

Acessibilidade é um assunto ainda incipiente nas discussões de formulação e implementação das políticas pública brasileira, e principalmente no discurso e cotidiano da sociedade, o que acarreta desconhecimento quanto à sua efetivação e o respeito por tal prática.

Para muitos, acessibilidade se resume a garantia de acesso de cadeirantes a espaços públicos, banheiros, calçadas e principalmente ao transporte público. Isto é visto como verdadeiro, sendo reforçado pela utilização do desenho de uma cadeira de

rodas como ícone que representa as pessoas com deficiência. (RESOURCE, 2005, p. 19).

Izabel Loureiro Maior, responsável pela Coordenadoria Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (CORDE), da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), afirma que é imprescindível definir para a sociedade o conceito de acessibilidade:

No imaginário de muitos, a idéia de acessibilidade ficou associada ao usuário de cadeira de rodas. Mas acessibilidade não é só botar rampa e baixar meio-fio; é promover uma maior igualdade de oportunidades, diz. (LOIOLA, 2004).

Estas pessoas acreditam que garantindo o acesso de cadeirantes a acessibilidade está concretizada. As rampas de acesso devem existir, mas como primeiro passo para uma inclusão de fato. Ou seja, a acessibilidade deve ser garantida desde as pequenas atividades, como subir uma escada, até as mais complexas como o acesso aos veículos dos transportes coletivo.

Dessa forma, a ausência de acessibilidade aparece geralmente quando se tem uma visão restrita no que se refere às pessoas com restrição de movimento, sendo desconsideradas suas necessidades, ou tendo como primícias pressupostos equivocados sobre tal segmento. (RESOURCE, 2005, p. 73).

Outros acreditam que acessibilidade está relacionada apenas a garantir o acesso a local e espaços, sem a preocupação com a locomoção interna nestes recintos. Conforme afirma Romeu Kazumi Sassaki, consultor de inclusão escolar e profissional do Banco Mundial, consultor de educação inclusiva da Secretaria de Educação do Estado de Goiás e consultor da Escola de Gente - Comunicação em Inclusão – “a acessibilidade não mais se restringe ao espaço físico, à dimensão arquitetônica”. Sassaki divide o conceito de acessibilidade em seis dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal afirmando que todas essas dimensões são importantes, devendo ser consideradas em conjunto, pois se faltar uma, as outras são comprometidas.

**Acessibilidade Arquitetônica**

Sem barreiras ambientais físicas, nas escolas, nas empresas, nas residências, nos edifícios públicos, nos centros de convenção, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos locais de lazer e turismo e nos meios de transporte individual ou coletivo.

**Acessibilidade Comunicacional**

Sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual, etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc.), incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, (além de notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital).

**Acessibilidade Metodológica**

Sem barreiras nos métodos e nas técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística, didática, etc.), de trabalho (métodos e técnicas de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, ergonomia, novo conceito de fluxograma, empoderamento, etc.) de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística, etc. baseada em participação ativa) de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares, etc.) e de outras áreas de atuação.

**Acessibilidade Instrumental**

Sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de trabalho (ferramentas, máquinas, equipamentos) de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho, etc.), de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais etc.) e de outra área de atuação.

**Acessibilidade Programática**

Sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc.), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários, etc.) e em normas de um modo geral.

**Acessibilidade Atitudinal**

Sem preconceitos, estígmias, estereótipos e discriminações, como resultado de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana. (SASSAKI, 1993 *apud* SUCAR).

Ao se falar de acessibilidade deve-se ter em mente não apenas cadeirantes, mas também pessoas que por um motivo ou outro tenha suas capacidades de movimento reduzidas, tais como, idosos, gestantes, mulheres com crianças de colo, obesos, pessoas de baixa ou alta estatura, pessoas com deficiência, uma pessoa que faça uso de objetos como muletas etc. Portanto, é plausível se preocupar com pessoas com algum tipo de restrição de movimento, seja ela temporária ou permanente, além das múltiplas

deficiências que se pode encontrar. Com isso, pode-se pensar o que venha a ser deficiência? E que tipos de pessoas um programa de acessibilidade pode atingir?

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) na Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF) do ano de 2001, deficiência “é a experiência da exclusão sofrida por aqueles que apresentam capacidades consideradas desvantajosas para uma determinada sociedade.” (MEDEIROS; DINIZ, 2004) A deficiência consiste de uma relação da pessoa com a sociedade, isto é, a deficiência está estritamente relacionada com questões culturais e socioeconômicas, tais como a provisão de recursos e a formulação de Políticas Públicas que garantam iguais oportunidades de acesso.

Medeiros e Diniz (2004), em seu artigo “Envelhecimento e deficiência”, suscitam a idéia de que com o envelhecimento populacional, os idosos são potenciais ou mesmo podem ser considerados deficientes, uma vez que devido a suas limitações nas capacidades físicas ou até mesmo intelectuais, experimentam tal condição. E grande parte disto decore do fato de se ter um ambiente hostil, que não leva em consideração as diferenças.

Para que de fato haja uma efetivação da acessibilidade é necessário muito mais do que mudanças estruturais ou arquitetônicas propostas pelas leis. Fazem-se indispensáveis mudanças culturais e conseqüentemente atitudinais, como propõe Sassaki, de modo que não se promova apenas uma “falsa inclusão”, mas atos que levem à responsabilidade social e à dignidade humana, desemborcando em inclusão social.

No que se refere à inclusão social trata-se de um processo de adequação da sociedade em seus sistemas sociais de forma a receber as pessoas com restrição de mobilidade e estas assumem seus devidos papéis na sociedade. Esta inclusão por meio de um processo denominado de acessibilidade social proporciona ao indivíduo a autonomia necessária para uma equiparação de oportunidades, pois com condições seguras as diferenças desaparecem e todos podem exercer sua cidadania de igual maneira.

Dessa forma, a prática social da acessibilidade se refere ao:

[...] processo pelo qual o sistema geral da sociedade – tal como o meio físico e cultural, moradia e transporte, serviços sociais, oportunidades de educação e trabalho, vida cultural e social, incluídas as instalações

desportivas e de lazer – se fazem acessíveis a todos. (BRASIL; CORDE, 1997 apud SOARES, 2003, p. 11).<sup>1</sup>

Portanto, muito mais do que garantir o acesso é necessário investir na construção de rampas que de fato promovam a acessibilidade, além de telefones mais baixos, elevadores adaptados, etiquetas em braile, escadas com barras de proteção e toda forma de acesso que permita o direito de utilizar todos os serviços e espaços por pessoas que possuam ou estejam com algum tipo de limitação de movimento.

É preciso perceber que todos são iguais em relação aos direitos e deveres de cidadãos, mas completamente diferentes nas maneiras de exercê-los e que tais diferenças entre as pessoas garantem o movimento de transformação constante na sociedade. Negar essas diferenças é o mesmo que permanecer estático no tempo. A sociedade é propensa a seguir uma padronização de comportamentos, pontos de vista, emoções e mesmo o corpo, discriminando o que se enquadra em posição contrária.

## **2.2 Definição de acessibilidade**

Acessibilidade é um termo de origem latina, “accessibilitas”, que significa “livre acesso, acessibilidade, proximidade de aproximação”. (HOUAISS; VILLAR, 2001 *apud* SOARES, 2003, p. 10).

É possível encontrar algumas definições do que venha a ser acessibilidade, podendo variar de acordo com o enfoque principal de cada trabalho. Dessa forma, acessibilidade pode ser descrita como:

[...] condição de utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (Decreto nº 5296, de 02 de dezembro de 2004, Art. 8º).

---

<sup>1</sup> Definição de prática social da acessibilidade, tal qual considerada pela ONU (Organizações das Nações Unidas) em seu Programa de Ação Mundial para as pessoas com deficiência, criado em 03 de dezembro de 1982.

Porém, esta não é a única definição. É possível citar também a visão da NBR: “Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.” (NBR 9050: 2004).

Há também a definição mais utilizada relacionada ao sistema viário e transporte urbano, no qual afirma que acessibilidade é a “propriedade que tem a estrutura urbana de atendimento dos diferentes níveis de mobilidade, ou seja, capacidade de movimentação, requeridos pela população usuária do espaço urbano.” (SANTOS, 1994 *apud* SOARES, 2003, p. 10).

Faz-se relevante frisar que em todas as definições sempre se relaciona acessibilidade com a condição do indivíduo exercer de forma autônoma os seus direitos de cidadão, além de se notar que o conceito existente no Brasil, conforme assinala Soares (2003, p. 24):

[...] é baseado de início nas reivindicações, estudos e discussões que ocorrem em nível internacional e que têm sido divulgadas principalmente por organizações governamentais e não-governamentais que abordam o assunto e que promovem a discussão e atualização dos conceitos, visando sua aplicação na realidade nacional.

Aqui será utilizado o conceito apresentado pelo Decreto nº 5.296 de 02/12/2004. Este decreto leva em consideração a autonomia e segurança de movimentação de pessoas que, de maneira permanente ou temporária, estejam impedidas ou limitadas em sua capacidade de movimentação, não considerando apenas o acesso, mas, igualmente, a capacidade de qualquer pessoa com algum tipo de limitação de, com autonomia, realizar as mesmas atividades que a maioria da população.

Será utilizado também o vocábulo pessoas com necessidades especiais, pois este se refere a todos os sujeitos que necessitam de um atendimento ou equipamento que vá de encontro às suas especificidades. Deste modo, podem ser inseridas nesta categoria as pessoas com deficiência (visuais, auditivas, físicas, etc.), pessoas com restrição de mobilidade (idosos, gestantes, obesos, mulheres que estão amamentando e pessoas com

crianças de colo) e demais pessoas que pelos mais diversos motivos venham a se enquadrarem em tal categoria.

## **2.3 Modelo médico e social da deficiência**

O modelo social da deficiência surgiu em 1960, no Reino Unido, como uma alternativa ao modelo biomédico até então vigente. Para o modelo biomédico, a “deficiência é consequência natural da lesão em um corpo, e a pessoa deficiente deve ser objeto de cuidados biomédicos”. (DINIZ, 2007, p. 15), ou seja, tal modelo avalia as pessoas com deficiência de forma científica e mostra os malefícios de ser um deficiente, suas limitações e dificuldades, mostrando a deficiência sem qualquer relação com reflexões e decisões de interesse público e relevância econômica, política ou social.

Para tal modelo, a deficiência diz respeito apenas à pessoa com deficiência, com consequências somente para ela e sua família, estando à sociedade isenta de qualquer responsabilidade para com as limitações de cada pessoa, que deve ser combatida com tratamentos.

O modelo biomédico transcendeu a saúde e está presente nas áreas da educação, emprego, lazer e cultura. Devido a esta influência, as políticas formuladas possuem um caráter voltado para uma assistência paliativa, segregadora e protegida, apresentando a idéia que somente com a cura da deficiência a pessoa terá dignidade e felicidade.

Em contrapartida, o modelo social trata a deficiência sobre dois fundamentos, a saber: a deficiência não deve ser explicada pela esfera natural ou individual, mas pelo contexto socioeconômico no qual vivem estas pessoas, e, os idosos devem ser incluídos nesta categoria, já que o envelhecimento traz algumas limitações nas capacidades corporais. (DINIZ, 2007).

Para o modelo social, ser uma pessoa com deficiência é uma condição flexível, não necessariamente permanente. Se todas as barreiras de acesso vierem a ser removidas, a relação de desvantagem passará a ser parcial ou completamente anulada. A



deficiência, ainda para este modelo, não é de interesse apenas do indivíduo e de seus familiares, mas configura-se um assunto de interesse público.

O modelo social da deficiência teve como uma das principais consequências trazer à tona o discurso de que “pesquisas e políticas públicas direcionadas à deficiência não poderiam se concentrar apenas nos aspectos corporais dos indivíduos para identificar a deficiência”. (MEDEIROS; DINIZ, 2004, p. 110). Com isso, trouxe à sociedade, mesmo que não diretamente, a discussão acerca das formas de inclusão destas e de pessoas com as mais diversas restrições de movimento, ou seja, apresentou o tema acessibilidade.

Portanto, conforme esclarece Medeiros e Diniz (2004, p. 109), o modelo biomédico discute a idéia de que a pessoa com deficiência é um sujeito que apresenta alguma inadequação para a sociedade e, em contrapartida o modelo social interpreta a deficiência como decorrente de uma inadequação da sociedade para compreender e se adequar as diferenças existentes na humanidade, promovendo uma inclusão de todos.

Um exemplo que pode ser citado para ilustrar tais conceitos é apresentado a seguir:

[...] pelo modelo médico, uma pessoa pode ser considerada incapaz de subir escadas porque tem uma deficiência que a obriga a usar cadeiras de rodas, enquanto que, pelo modelo social, é o fato de existir as escadas que seria um obstáculos que impede a entrada do usuário de cadeiras de rodas no edifício. (RESOURCE, 2005, p. 31)

Neste sentido, acessibilidade surge como parte de uma política pública de mobilidade que tem como objetivo a inclusão social, equiparação de oportunidades e o exercício da cidadania. Sobretudo, deve ser uma política que envolva em sua formulação e efetivação as três esferas do governo (União, Estados e Municípios) em articulação com a sociedade e principalmente as pessoas com mobilidade reduzida, uma vez que são os maiores interessados em tais ações. (CARTILHA BRASIL ACESSÍVEL, 2006).

Assegurar um ambiente livre de barreiras restringiu o risco de acidentes no uso de espaços, produtos e serviços, garantindo calçadas livres de defeitos ou existência de

obstáculos, atenua as possíveis quedas e, uma vez que tais acontecimentos podem requerer recursos governamentais ou mesmo da sociedade relacionado a tratamento e reabilitação das vítimas, assegurar acessibilidade possibilita uma abstenção de possíveis custos econômicos e sociais, além dos prejuízos em termos pessoais. (SOARES, 2003, p. 11)

As ações de acessibilidade adotadas até então em edifícios e demais ambientes, configuram-se em grande parte, singelas adaptações com a eliminação de barreiras mais evidentes sem a preocupação com a devida eliminação de todos os obstáculos. Exemplo disso é a eliminação de degraus junto à porta principal, ajustes das dimensões dos banheiros de modo a receber cadeirantes, entre outros. Porém, não há preocupação com os pisos antiderrapantes, sinalização em braile, interpretes em Libras (Língua Brasileira dos Sinais), etc.

Sendo assim, atualmente está em voga o modelo social que aparece como uma corrente político-teórica capaz de retirar do indivíduo a origem da desigualdade e devolvê-la à sociedade que não é apta para “promover ajustes na sociedade de modo que as restrições corporais não sejam um empecilho grave à vida cotidiana das pessoas”. (MEDEIROS; DINIZ, 2004). Com isso, conclui-se que um programa de acessibilidade proporcionando um ambiente acessível, acarreta benefícios para pessoas com diferentes condições de mobilidade, mesmo que suas limitações sejam temporárias.

## **2.4 Evolução do Conceito de Acessibilidade**

Conforme cita Sasaki (2006), o termo "acessibilidade" começou a ser utilizado recentemente, tendo sua origem para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência junto ao surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional, no final da década de 1940. (SASSAKI, 2006). Nota-se que em seu surgimento, acessibilidade era relacionada às pessoas com deficiência ter acesso a reabilitação física e profissional, ignorando-se outros tipos de limitações.

Na década de 1950, surge a denominada fase da integração, onde profissionais de reabilitação perceberam que tal prática estava dificultada ou mesmo impedida devido

a presença de barreiras arquitetônicas nos espaços públicos, edifícios e residências, além dos transportes coletivos, uma vez que a reintegração ocorria com adultos na própria família, no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

Nos anos 1960, começaram a surgir as primeiras experiências de eliminação de barreiras arquitetônicas por universidades americanas. Essas eliminações ocorriam internamente como em estacionamentos, salas de aula, bibliotecas, lanchonetes e laboratórios.

Na década seguinte, surgiu o primeiro centro de vida independente do mundo (na cidade de Berkeley, Califórnia - EUA), ocasionando um aumento da preocupação e dos debates sobre a eliminação de barreiras arquitetônicas, bem como a operacionalização das soluções idealizadas. Tais centros de vida independentes tinham como princípios:

1. As pessoas com deficiência é que sabem quais são suas necessidades para uma melhor qualidade de vida;
2. Suas necessidades variam como as de qualquer ser humano e, por isso, só podem ser atendidas por uma variedade de serviços e equipamentos;
3. A tecnologia assistiva pode significar a diferença entre a dependência e a independência, em determinadas situações;
4. As pessoas com deficiência devem viver com dignidade em suas comunidades;
5. A cidadania não depende do que uma pessoa é capaz de fazer fisicamente, mas sim das decisões que ela puder tomar por si só;
6. A pessoa com deficiência é que deve ter o controle de sua situação;
7. Vida Independente é um processo em que cada usuário ajuda a moldar e mantê-la e não um produto para ser consumido indistintamente por diversos tipos de usuários. (SILVA, 2007).

A década de 1980 teve como principal marco o Ano Internacional das Pessoas Deficientes ocorrido em 1981. O segmento de pessoas com deficiência desenvolveu verdadeiras campanhas no âmbito mundial para alertar a sociedade a respeito das barreiras arquitetônicas e exigir não apenas a eliminação delas como também a não-

inserção de barreiras já nos projetos arquitetônicos. Na segunda metade da década, surgiu o conceito de inclusão contrapondo-se ao de integração.

Neste sentido, é relevante estabelecer que integração se contrapõem a inclusão, já que o primeiro é conceituado como “inserção da pessoa deficiente preparada para conviver na sociedade e o segundo significa [...] modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania” (SASSAKI, 1997 *apud* GEREMIA; FALKENBACH, 2009).

Portanto, o conceito de inclusão pressupõe a idéia de que deve haver uma mudança de mentalidade na própria sociedade, de modo a considerar natural a presença e as necessidades específicas dos indivíduos com suas diferenças. No entanto, o conceito de inclusão ainda não foi compreendido por toda a sociedade, já que ainda é possível encontrar sua utilização como sinônimo de integração.

Já na década de 1990, inicia-se à idéia de que a acessibilidade deve seguir o paradigma do desenho universal, segundo o qual recomenda que os ambientes, os meios de transporte e os utensílios sejam projetados de forma que todos possam utilizá-los, independentemente da idade ou de suas capacidades.

## **2.5 Desenho acessível e desenho universal**

Desenho acessível, conforme conceito apresentado por Soares (2003, p. 17) diz respeito ao “método desenvolvido a partir de arquitetura, de transportes ou de objetos de uso pessoal, máquinas e equipamentos, com vistas a atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência”. Neste sentido, desenho universal se difere de desenho acessível, pois o primeiro busca assegurar que todos possam utilizar todos os componentes ambientais e produtos, e o segundo propõe que se produza elementos ou ambientes especiais para alguns segmentos da sociedade.

O paradigma do desenho universal foi criado por uma comissão em 1963, em Washington – EUA, com o objetivo de apresentar projetos de edificações, áreas urbanas e equipamentos que atendessem pessoas com deficiência. Atualmente, busca contemplar todas as pessoas, projetando objetos e espaços que assegurem a devida utilização de

maneira completa, segura e irrestrita garantindo que as pessoas possam exercer de forma autônoma sua cidadania.

Para o desenho universal, os produtos, equipamentos, ambientes e meios de comunicação devem ser concebidos de forma a serem utilizados por todos, o maior tempo possível, sem necessidade de adaptação, beneficiando pessoas de todas as idades e capacidades. Tem como pressupostos: a equiparação nas possibilidades de uso; flexibilidade no uso; uso simples e intuitivo; captação da informação; tolerância para o erro e a dimensão e espaço para uso e interação.

O modelo do desenho universal tem como princípios:

- 1. Utilização equitativa:** pode ser utilizado por pessoas com diferentes capacidades;
- 2. Flexibilidade de utilização:** engloba uma gama extensa de preferências e capacidades individuais;
- 3. Utilização simples e intuitiva:** fácil de compreender, independentemente da experiência do utilizador, dos seus conhecimentos, aptidões linguísticas ou nível de concentração;
- 4. Informação perceptível:** fornece eficazmente ao utilizador a informação necessária, qualquer que sejam as condições ambientais/físicas existentes ou as capacidades sensoriais do utilizador;
- 5. Tolerância ao erro:** minimiza riscos e consequências negativas decorrentes de ações acidentais ou involuntárias;
- 6. Esforço físico mínimo:** pode ser utilizado de forma eficaz e confortável com um mínimo de fadiga;
- 7. Dimensão e espaço de abordagem e de utilização:** espaço e dimensão adequados para a abordagem, manuseamento e utilização, independentemente da estatura, mobilidade ou postura do utilizador.

Portanto, a partir do momento em que o ambiente se torna acessível, ele possibilita a inclusão e, consequentemente, as pessoas com mobilidade reduzida podem

desfrutar de uma vida independente, que é um conceito chave quando se fala em acessibilidade.

Sendo assim, com o advento da fase da inclusão, hoje se entende que a acessibilidade não é apenas arquitetônica, pois existem barreiras de vários tipos também em outros contextos que não o do ambiente arquitetônico. Conforme afirma Sasaki (2009):

A partir de agora, (com o modelo do desenho universal) as novas construções dos ambientes físicos deverão atender a todas as pessoas. Não ouviremos expressões como prédios, ônibus, carros, restaurantes ou cinemas adaptados, tudo será projetado pensando em todos os usuários.<sup>2</sup>

Tais princípios foram formulados em 1997, por um grupo de arquitetos, designers, engenheiros e pesquisadores do desenho ambiental do Centro para o Desenho Universal (Center for Universal Design), da Universidade do Estado da Carolina do Norte.

## **2.6 Acessibilidade no Brasil**

O tema acessibilidade no Brasil ao longo de suas Constituições nunca foi objeto de preocupação específica, sendo muitas vezes tratadas apenas em alguns tópicos. Na primeira Constituição de 1824, foi somente citado o direito a igualdade, sendo o mesmo observado na Constituição de 1891.

Já na Constituição de 1934, no artigo 138, inciso I, nota-se o princípio do conteúdo do direito à integração social da pessoa com deficiência. Sendo que na Constituição de 1937, esta idéia não avança, restringindo a reportar o pensamento já assegurado pela a Constituição anterior.

As Constituições seguintes, a de 1946 e de 1967, garantiram apenas o direito a igualdade e fizeram breve menção ao direito à previdência para trabalhadores que se tornarem inválidos.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.sescsp.com.br>>. Acesso em: 20 maio 2009.

A primeira menção de fato à proteção específica de pessoas com deficiência ocorreu na Emenda nº 1 à Constituição de 1967, no qual em seu artigo 175, parágrafo quarto, assegura que haverá “Lei especial sobre a assistência à maternidade, infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais.”

Contudo, o maior avanço ocorreu na Emenda Constitucional nº 12, à Constituição Federal de 17 de outubro de 1978.

Artigo único. É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante:

I – educação especial e gratuita;

II – assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do País;

III – proibição à discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;

IV – possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.  
(BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2004)

A Constituição de 1988 cita no artigo 227, inciso II, a obrigação do Estado de promover ações a fim de assegurar a inclusão de todas as pessoas, apresentando:

[...] criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilidade do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. (BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2004).

Já no parágrafo 2º do mesmo artigo é possível perceber a obrigação legal de se garantir acesso a todas as pessoas independentemente de suas limitações físicas, a espaços públicos. “A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às Políticas Públicas de deficiência”. (BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2004).

No início da década de 1990, começa a haver um maior discernimento dos tipos de obstáculos existentes para as pessoas com deficiência, com isso compreende-se

que há outros tipos de deficiência a serem considerados no que se refere à acessibilidade e não apenas às limitações motoras.

Em meados dos anos 1990 com o surgimento do conceito de desenho universal, busca-se romper com a visão de uma arquitetura voltada para um ideal humano ou a um pretenso homem médio, buscando respeitar a diversidade presente na sociedade. Sendo que, no fim desta década, passou-se a considerar o conceito de acessibilidade simultaneamente com o de desenho universal.

No ano de 2000, houve um significativo avanço quanto ao assunto. O Poder Legislativo elaborou a Lei nº. 10.048 a qual trata de atendimento prioritário e de acessibilidade nos meios de transportes, e inova ao introduzir penalidades ao seu descumprimento. Já a Lei 10.098 elaborada pelo Poder Executivo trata de acessibilidade ao meio físico, aos meios de transporte, na comunidade e informação e em ajudas técnicas. Ambas as leis foram regulamentadas em 02 de dezembro de 2004 pelo Decreto nº. 5.296.

Em junho de 2004, foi lançado o “Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana - Brasil Acessível” com o objetivo de incluir uma nova visão no processo de construção das cidades que considere o acesso universal ao espaço público por todas as pessoas e suas diferentes necessidades. O programa é constituído de ações e instrumentos a fim de possibilitar aos governos municipais e estaduais o desenvolvimento de ações que garantam a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida nos mais diversos espaços públicos, como aos sistemas de transportes, equipamentos urbanos e a circulação em áreas públicas.

No ano de 2006, durante a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com deficiência, foi lançada, pelo CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a Campanha Nacional da Acessibilidade, com o tema “Acessibilidade: Você também tem compromisso.”

A campanha que propõe a ação conjunta entre governo e sociedade civil, age como propulsora e organizadora da mudança para a eliminação das barreiras e a permuta da realidade atual. Tem como proposta levar cada cidadão a se envolver e defender o direito que as pessoas com deficiência têm a uma vida normal e produtiva na



sociedade. Podem aderir à Campanha governos de estado, prefeituras, entidades, escolas de samba, empresas, pessoas físicas, universidades, times de futebol e outros.

Atualmente tal campanha vem evoluindo gradativamente no processo de sensibilização e conscientização da sociedade pelo direito de todos à acessibilidade, de modo que já é possível destacar diversos tipos de entidades que aderiram à campanha, tais como o Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, Universidades, Clubes Brasileiros de Futebol, Escolas de Samba, personalidades públicas, dentre outros.

## **2.7 Acessibilidade no Distrito Federal**

Quanto ao Distrito Federal (DF), este é um ente da Federação novo em sua história, já que surgiu na década de 1960, inaugurada pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek, surgindo como alternativa para a nova capital brasileira. Quando de sua inauguração, todos achavam que não duraria muitos anos, contudo, tem-se desenvolvido ao longo dos anos contando atualmente com uma população de 2.557.158 habitantes.

Atualmente o DF é composto por 30 Regiões Administrativas que contribuíram para o seu rápido crescimento, e o que se percebe são poucas ou inexistentes ações desenvolvidas de modo a atender as pessoas que apresentam alguma necessidade especial.

Entretanto, em 21 de setembro de 2001, foi criada pelo Governo do Distrito Federal (GDF) a Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) para acompanhar o desenvolvimento do Programa de Governo intitulado de “Acessibilidade Direito de Todos”, bem como a implantação de propostas relativas a projetos para promoção de acessibilidade.

Tal comissão é composta por quarenta e seis representantes e seus suplentes de órgãos do governo, tais como Secretaria Especial de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, por meio da Diretoria para Integração da Pessoa portadora de Deficiência - CORDE; Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais; Administrações

Regionais; Secretaria de Saúde; Secretaria de Educação; Secretaria de Comunicação Social; Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Cultura, Departamento de Estradas e Rodagem, Departamento de Trânsito, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Distrito Federal.

O citado programa tem como objetivo concretizar ações de acessibilidade as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida em três dimensões, a saber, urbanística, arquitetônica e de transporte, garantindo reais condições de cidadania com a eliminação de barreiras. Para tanto trouxe como propostas, inserir a discussão de acessibilidade em universidades e faculdades, realizar articulação de parcerias a fim de inserir projetos de acessibilidade em todo o Distrito Federal, e campanhas publicitárias com o fim de promover uma conscientização na sociedade em geral.

Desde então várias ações tem sido desenvolvidas, tais como cursos para os trabalhadores da construção que prestam serviços para o GDF; padronização e otimização de rampas para toda a cidade; convênios entre bares e restaurantes para a confecção de cardápios em braile, permuta da frota do transporte coletivo por ônibus adaptados, projetos estes implementados ou em fase de implementação.

As ações desenvolvidas no âmbito do Distrito Federal, bem como as legislações na qual se apóiam as medidas de acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais como políticas públicas serão discutidas no próximo capítulo.

## Capítulo III

---

Após versar sobre os conceitos e evolução da acessibilidade no Brasil e no mundo, este capítulo apresentará a mesma como um direito. Dessa forma, serão tratados conceitos relevantes para o entendimento de ações de acessibilidade como políticas promovidas pelo Estado em conjunto com a sociedade civil organizada de modo a fomentar a inclusão e a efetivação de direitos das pessoas que historicamente sempre foram excluídas socialmente.

### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Muitas vezes, quando se fala de políticas públicas<sup>3</sup>, o que vem a mente é a ação exclusiva do Estado. Porém, como ressalta Pereira (2008, p. 94), políticas públicas “é a ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução sobre os atos e decisões do governo.”

As políticas públicas apresentam como principais características:

1. Constituição de um modelo de orientação para a ação pública, isto é, instituem um marco que guia as ações a serem desenvolvidas para a visibilização de um direito, tendo uma autoridade pública que aloca e administra bens públicos e o controle dos cidadãos sobre o Estado, denominado de controle democrático.
2. A concretização de direitos sociais declarados e garantidos nas leis.
3. O princípio do interesse comum e da soberania popular, isto é, as políticas públicas não procedem a fim de atender interesses particulares ou da soberania dos governantes.
4. A satisfação das necessidades sociais e não da rentabilidade econômica privada.

---

<sup>3</sup> Não será aprofundado, no escopo deste trabalho, o que venha a ser políticas públicas por não ser o intuito da pesquisa.

É importante frisar que as políticas públicas podem ser definidas também como uma “não-ação intencional de uma autoridade pública frente a um problema ou responsabilidade de sua competência.” (PEREIRA, 2008, p. 97) Essa não-ação por parte do Estado pode ter impactos mais profundos do que os gerados pelas ações governamentais.

### **3.1 Relação entre Políticas Públicas e Cidadania**

Como já mencionado, as políticas públicas buscam concretizar os direitos sociais, que se orientam pelo princípio da igualdade. A identificação das políticas públicas com esses direitos está no fato deles terem como perspectiva a equidade (dar mais a quem mais necessita), a justiça social e possibilitarem à sociedade cobrar atitudes positivas do Estado, com vistas a transformar a realidade. (PEREIRA, 2008)

Pereira-Pereira comenta ainda que as políticas públicas não devem ser voltadas para a realização de necessidades meramente biológicas, uma vez que o ser humano é um ser social, possuindo necessidades emocionais, cognitivas, de aprendizado e desenvolvimento, e estas devem ser consideradas pelas políticas públicas.

Nos últimos anos, houve o surgimento de sujeitos titulares de direitos até então desconhecidos ou ignorados, tais como os idosos e as pessoas com deficiência. Neste sentido, os direitos sociais têm se multiplicado e especializado, uma vez que são os mais dinâmicos, em comparação com os demais direitos.

Quanto ao conceito de cidadania, este não é unívoco e o aqui adotado será o de Gueiros (1991, p. 26) o qual afirma que “a cidadania vem a ser enfocado como processo de luta pelo exercício e ampliação de direitos, o que implica, afastado o fetiche da igualdade, admitir uma participação entre desiguais que não seja mera sujeição.”

A cidadania, ainda conforme a mesma autora, é construída de maneira histórica pela luta dos excluídos e não constitui a prática do Assistente Social, por mais que esta possa “constituir condição de facilitação para que a cidadania se efetive”. (GUEIROS, 1991, p. 49)

Assim, é necessário que as políticas públicas sociais venham atingir segmentos da sociedade que historicamente são tratados como pessoas passíveis de atos caritativos

e assistencialistas, não sendo reconhecidos como sujeitos de direitos. Dessa forma, as políticas públicas cumprem sua característica de concretizar direitos sociais declarados e garantidos nas leis, bem como a concretização da cidadania.

As políticas que visam promover a acessibilidade às pessoas com deficiência e restrição de mobilidade devem surgir como meio de garantir a concretização da cidadania possibilitando uma real participação social deste segmento, pois as pessoas com necessidades especiais precisam sentir-se seguras para exercer atividades do cotidiano com total autonomia. A garantia da acessibilidade impulsiona que as demais políticas públicas também sejam concretizadas, pois, dessa maneira, essas pessoas conseguiriam acessar outros direitos como saúde, educação, esporte, lazer, etc.

De acordo com o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (1993), constitui princípio fundamental o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”. Neste sentido, na formação profissional o debate sobre acessibilidade faz-se necessário como forma de garantir a viabilização dos direitos de pessoas que até pouco tempo eram esquecidas ou ignoradas pelo governo e sociedade.

Logo, o(a) profissional de Serviço Social assume um importante papel, pois deve ter um projeto ético-político respaldado na ampliação e consolidação da cidadania, se posicionando em favor da equidade e justiça social de forma a atender todos os indivíduos sempre respeitando suas peculiaridades. Portanto, o(a) assistente social deve, entre outras coisas, lutar pela efetivação de políticas de promoção à acessibilidade, entretanto, sem perder de vista que o mais importante é que haja uma inclusão social das pessoas com necessidades especiais em todos os espaços.

## **3.2 Marco Legal**

### **3.2.1 Constituição Federal de 1988**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies

normativas, situando-se no topo do Ordenamento Jurídico. E referente a pessoas com necessidades especiais é possível encontrar alguns artigos que visam assegurar a inclusão destes sujeitos. Dessa forma, serão apresentados a seguir alguns dos trechos dos artigos que se referem às pessoas com deficiência.

No Título III, Da Organização do Estado, no capítulo II, Da União:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios [...].

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência [...];

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos [...];

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre [...]:

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

No capítulo II, do Título VIII, Da Ordem Social, na Seção destinada a Assistência Social, a Constituição Federal especifica:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos [...]:

IV - habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

No Capítulo VII, da Administração Pública, ainda no Título III, Seção I: Disposições Gerais trata acerca da destinação de vagas para pessoas com deficiência em órgãos e empresas da administração pública. Sendo que segundo a Lei Federal nº 8.213 de 24/07/1991, as empresas com cem ou mais empregados devem contar com 2% a 5% de pessoas com deficiência:

[...] Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte [...]:

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

No Título VIII, Da Ordem Social, Capítulo VII, Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, o qual descreve metas relacionadas ao tratamento para com as pessoas com deficiência. Assim disciplina o artigo 227:

[...] II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência

No Título IX, Das Disposições Constitucionais Gerais:

Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivos atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º

É inegável o fato que a Constituição Federal de 1988 apresenta artigos importantes para o amparo das pessoas com deficiência servindo de guia para as leis infraconstitucionais<sup>4</sup> e a ação dos administradores do poder público. Contudo, os dispositivos constitucionais devem objetivar a aplicabilidade e a eficácia.

O princípio da igualdade é o direito básico e primordial a ser considerado para a inclusão das pessoas com necessidades especiais. Tal direito deve ser adotado de forma que as diferenças existentes ao serem tratadas da maneira adequada, se tornem um meio de equiparação de oportunidades.

Todos os demais direitos, como o direito ao trabalho, transporte, à vida familiar, educação, eliminação de barreiras arquitetônicas, à aposentadoria e ao lazer constituem instrumentos para a inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, pois ao serem amparadas legalmente, tais pessoas tornam-se aptas para desenvolver suas atividades sociais plenamente. (ARAÚJO, 2003, p.54).

---

<sup>4</sup> Mais adiante será abordado melhor o conceito de leis infraconstitucionais, as mais importantes existentes no Brasil, no trato às pessoas com necessidades especiais.

## **3.2.2 Legislação Infraconstitucional**

### **3.2.2.1 Legislação Federal**

A Constituição Federal de 1988 é a lei maior do Brasil, que dispõe sobre as ações que devem ser desenvolvidas a fim de concretizar direitos, porém, há leis que vêm como meio de auxiliar ou complementar a lei suprema, denominadas de normas infraconstitucionais. Tais leis são normas legais e administrativas que estão dispostas abaixo da Constituição e devem observar os ditames da Carta Magna, desse modo, não podem ferir o princípio garantido, isto é, tornarem-se inconstitucionais no sentido de inviabilizar ou reduzir um direito declarado.

A partir do ano 2000 houve a elaboração de diversas leis e decretos que devem ser consideradas ao se tratar sobre acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, diante disso, primeiramente serão apresentadas as principais leis em âmbito nacional e, posteriormente, as de âmbito distrital que é o foco deste trabalho.

A Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, institui a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes contra o preconceito.

Esta lei foi importante ao assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência, “afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.”<sup>5</sup>

A Lei nº 10.048 de 8 de novembro de 2000, dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, aos idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo.<sup>6</sup>

Tal lei garante atendimento prioritário nas repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos, além das instituições financeiras. Assegura

---

<sup>5</sup> Artigo 1º, § 2º, lei nº 7.853/1989.

<sup>6</sup> Artigo 1º, lei nº 10.048/2000.



assentos reservados no sistema de transporte coletivo, facilidade de acesso e utilização de logradouros, sanitários e edifícios públicos, bem como penalidades ao ser cometido infração ao disposto na lei.

Já a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 estabelece normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Para tal, propõe a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.<sup>7</sup>

Dispõe ainda sobre o posicionamento dos elementos da urbanização<sup>8</sup>, os quais devem ser concebidos e executados de modo acessível às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e os já existentes devem ser adaptados com o propósito de promover ampla acessibilidade. A lei ainda explana que devem ser adaptados os banheiros de uso coletivo, contendo ao menos um sanitário e um lavatório acessíveis a pessoas com deficiência. Assim como as áreas de estacionamento de veículos, presentes em vias ou espaços públicos têm a obrigação de serem localizadas próximo dos acessos de circulação de pedestres e devidamente sinalizadas.

Esta Lei traz ainda elementos até então pouco observados quanto à questão da acessibilidade, e, portanto, é uma referência na legislação sobre o tema, pois estabelece normas sobre o desenho e localização do mobiliário urbano<sup>9</sup>, acessibilidade nos edifícios públicos, de uso coletivo e de uso privado, nos veículos de transporte coletivo, nos sistemas de comunicação e sinalização.

Trata também das disposições sobre ajudas técnicas, das medidas de fomento à eliminação de barreiras e dispõe que o Poder Público é o responsável pela promoção de campanhas informativas a fim de conscientizar e sensibilizar a sociedade em geral

---

<sup>7</sup> Artigo 1º, lei nº 10.098/2000.

<sup>8</sup> Artigo 2º, inciso IV – elemento de urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico.

<sup>9</sup> Artigo 2º, inciso V – mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga.

acerca da importância da acessibilidade e da inclusão das pessoas com necessidade especiais.

Por fim, o Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004 regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência física, idosos, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

### **3.2.2.2 Legislação Distrital**

Concernente ao Distrito Federal há diversas leis e decretos que versam acerca da inclusão e da integração das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Estes visam promover a acessibilidade em âmbito distrital em órgãos públicos e de uso coletivo, instituindo uma comissão para a concretização de tal objetivo. Perante isto, entre outros, pode-se citar os seguintes decretos como os mais relevantes para a elaboração deste trabalho.

A Lei nº 3.919, de 19 de dezembro de 1998 o qual altera a Lei nº 2.105, de 8 de outubro de 1998, que “Dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal”, constituindo um marco na regulamentação da acessibilidade arquitetônica e urbanística do Distrito Federal.

O Decreto nº 21.673, de 31 outubro de 2000 dispõe sobre adaptações nas vias públicas do Distrito Federal. Desta forma, a Administração do Distrito Federal, na construção de vias públicas, é obrigada a promover as adaptações indispensáveis à garantia da locomoção das pessoas com deficiência.

O Decreto nº 22.419, de 21 de setembro de 2001 dispõe sobre a criação de Selo de Acessibilidade emitido para as edificações de uso público ou coletivo, onde estiverem garantidas as condições de acessibilidade. Isto é, quando as edificações proporcionarem acesso livre de barreiras arquitetônicas em seu interior, nos termos da legislação vigente, e no seu percurso até as calçadas em área pública.

O Decreto nº 23.842, de 13 de junho de 2003 trata sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência em imóveis ocupados pelo Governo do Distrito Federal. Ou seja, assegura que os imóveis edificados, reformados, ampliados ou instalados atenderão às condições de acessibilidade, além de que a locação ou renovação de contratos de locação de imóveis que se destinem a abrigar os órgãos públicos, somente ocorrerá depois de efetuadas às devidas adaptações.

Há ainda o Decreto nº 27.912, de 02 de maio 2007 que institui a nova Comissão Permanente de Acessibilidade do Governo do Distrito Federal, a qual foi estabelecida no ano 2001 com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento do Programa de Governo “Acessibilidade: Direito de Todos”, o qual será descrito adiante, bem como a implantação de propostas relativas a projetos para a promoção da acessibilidade. Este decreto ainda delinea a sua constituição por representantes de órgãos e entidades distritais.

Finalizando há o Decreto nº 27.977, de 28 de maio de 2007, o qual institui o Programa Mão na Roda, destinado a possibilitar o deslocamento de usuários portadores de deficiência, idosos e portadores de doença causadora de mobilidade reduzida, a cargo da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS.

### **3.3 Aplicação da Lei de Acessibilidade**

Após serem apresentadas as legislações mais relevantes para a construção deste trabalho, serão descritas algumas ações que têm sido realizadas tanto na esfera federal, mas principalmente no âmbito distrital com vistas à promoção da acessibilidade. É importante frisar que várias ações têm sido desenvolvidas de forma a garantir a acessibilidade para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, sendo aqui descritas apenas as mais abrangentes realizadas pelo Estado.

#### **3.3.1 Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana – BRASIL ACESSÍVEL**

O Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana foi lançado em 2 de junho de 2004 pelo Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SeMob, tendo como objetivo estimular e apoiar os governos municipais e estaduais a cumprirem suas prerrogativas e desenvolver ações que garantam acesso para pessoas com restrição de mobilidade aos sistemas de transportes, equipamentos urbanos e a circulação em áreas públicas. (CARTILHA BRASIL ACESSÍVEL, 2006, p.5)

Tem como ações previstas a capacitação de pessoal; adequação dos sistemas de transportes; a eliminação de barreiras; difusão do conceito de desenho universal no planejamento de sistemas de transportes e equipamentos públicos; o estímulo à integração das ações de Governo; a sensibilização da sociedade; o estímulo à organização das pessoas com deficiência e ao desenvolvimento tecnológico.

Como suporte para a implementação do citado programa, foram criados materiais de apoio, constituídos em cadernos, os quais tratam dos seguintes assuntos:

1. Atendimento adequado às pessoas com deficiência e restrição de mobilidade;
2. Como construir a cidade acessível, destinado aos profissionais da área de elaboração de projetos urbanísticos, mobiliário urbano e implementação de projetos e obras nos espaços públicos, bem como nos edifícios de uso coletivos, públicos ou privados;
3. Oferece orientações para a implementação do Decreto nº 5.296/04 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
4. Orienta na elaboração de Políticas Municipais de acessibilidade de forma permanente, apresentando procedimentos para a implantação e a fiscalização de projetos, obras e soluções para o acesso e o atendimento das pessoas com deficiência, idosos ou pessoas com mobilidade reduzida;
5. Orienta para a criação de programas e obras visando à implantação de Sistemas de Transporte Acessível;

6. Apresenta exemplos de práticas inovadoras ou consagradas já em desenvolvimento nas administrações municipais, visando à construção de uma cidade acessível.

### **3.3.2. Campanha Nacional de Acessibilidade**

Prevista no artigo 67 do decreto nº 5.296/2004, a campanha nacional de acessibilidade foi lançada em 2006, sob a coordenação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, por intermédio da CORDE. Diz respeito a uma empreitada de sensibilização e mobilização da sociedade para a eliminação das barreiras atitudinais<sup>10</sup>, de informação, arquitetônicas, dentre outras, que impedem as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida de participarem efetivamente da vida em sociedade.

Tal campanha tem como objetivo favorecer a conscientização e estimular uma ação pró-ativa em direção da construção de uma sociedade inclusiva, solidária e que possibilite igualdade de oportunidades. Acredita-se que a ação conjunta Governo-Sociedade Civil como propulsora e organizadora da mudança representa o principal pilar para a eliminação das barreiras e a mudança da realidade atual.

A campanha é composta por vídeos ilustrativos e dinâmicos que relatam o que vem a ser acessibilidade e o porquê de sua importância para a sociedade, além de, em jogos importantes do campeonato brasileiro de futebol, pessoas com deficiência têm entrado em campo, juntamente com os jogadores, carregando uma bandeira com os dizeres: “Acessibilidade: Siga essa idéia”.

Dessa forma, tem sido transmitida a mensagem da acessibilidade a milhares de torcedores presentes nos estádios de futebol, assim como a milhões de indivíduos que acompanham os jogos pela televisão. Consequentemente, aos poucos a campanha vem gradativamente formando uma rede de promoção à acessibilidade com pessoas de todas as idades, sexo, etnia e torcidas.

---

<sup>10</sup> Isto é, mudanças de atitudes na sociedade de forma a compreenderem sobre os direitos e necessidades das pessoas com deficiência e, dessa forma, combaterem preconceitos e estigmas que ainda existem.

Por meio desta atitude tem sido possível levar a discussão da acessibilidade para outros espaços da sociedade pouco explorados, tornando a temática da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida enquanto sujeitos de direitos, natural e gradualmente incluída na sociedade.

### **3.3.3 Programa “Acessibilidade: Direito de todos”**

O programa denominado de “Acessibilidade: Direito de todos”, foi idealizado no ano 2000, sob a coordenação da CORDE, por meio de um seminário realizado em parceria com as Superintendências das Administrações Regionais. Tal seminário contou com a participação de técnicos das áreas de engenharia e arquitetura dos órgãos públicos do GDF, grupos e associações da terceira idade, pessoas com deficiência e representantes de entidades ligadas à questão.

Considerando a mobilidade como um direito universal, o programa tem como uma de suas marcas promover a quebra de barreiras a esse direito, por meio de ações que buscam o acesso a edificações, espaços públicos e mobiliários urbanos, que atendam as pessoas com necessidades especiais e ofereçam condições de utilização a esses ambientes com segurança e autonomia. Tem como eixos de operacionalização a eliminação de barreiras arquitetônicas, articulação de parcerias e campanhas publicitárias.

Atualmente sob a coordenação da CPA, tem como principais ações a serem desenvolvidas: a sinalização sonora em semáforos e tátil no chão indicando obstáculos suspensos (caixas de correios, lixeiras, orelhões, etc.) em edifícios e logradouros de uso público; reserva de vagas em garagens e estacionamento públicos bem como de assentos nos veículos que operam nos transportes coletivos do DF; implantação de rampas, rebaixamento de calçadas e meio-fio, adaptação de sanitários e prédios públicos; inclusão de temas sobre acessibilidade na formação de arquitetos e engenheiros; articulação de parcerias por meio de reuniões com as Regiões Administrativas e a CORDE; elaboração e propagação de campanhas publicitárias,

como a denominada de “viver a diferença” e de conscientização veiculadas em escolas, bancos, transporte coletivo e mídia.

### **3.3.4 Situação do Programa “Acessibilidade: Direito de Todos”**

De acordo com dados oferecidos pela CPA, foram construídos mais de 120 km de calçadas rebaixadas com rampas, faixas livres de pedestres e pisos apropriados, permitindo que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam se locomover sem obstáculos. Essa ação envolveu vários órgãos do governo, considerando que a mobilidade e a acessibilidade são fundamentais para a condição dos moradores e dos turistas.

A CPA, juntamente com a Coordenadoria das Cidades, promove cursos para diretores, executores e fiscais de obras em todo DF. O objetivo é treinar os profissionais da área para que as obras em andamento e os projetos ainda no papel sigam as regras de acessibilidade. Esta ação já contou com uma participação de mais de 2,3 mil profissionais em cursos, reuniões ou palestras oferecidas pela Comissão.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma) do Distrito Federal, juntamente com a Secretaria de Esportes, a Gerência de Vilas Olímpicas e o Centro de Treinamento e Educação Física Especial, idealizou o modelo da primeira Vila Olímpica do DF com desenho universal. Instalado em localidades carentes do DF, tais vilas têm como objetivo reduzir a desigualdade social e promover e incentivar a prática de esportes para estudantes da rede pública. Recentemente foi inaugurada a primeira das vinte vilas olímpicas da região, localizada em Samambaia, apresentando toda uma acessibilidade para receber as diversas necessidades que os usuários possam ter.

No dia 22 de dezembro de 2008, foi publicado no Diário Oficial o Decreto nº 29.879, que dispõe sobre a acessibilidade em pontos de parada de transporte coletivo. O projeto engloba as novas paradas de ônibus e as já existentes e definem locais para as lixeiras, postes de iluminação, telefone público, faixas podotátil e direcional, travessias, rampas, pontos de arborização, além do nível das calçadas.

A CPA, juntamente com técnicos da Secretaria de Obras, da Coordenadoria das Cidades e da Seduma, visita obras nas 30 Regiões Administrativas existentes no DF. O objetivo é vistoriar e fiscalizar as obras em execução, com a presença dos órgãos e empresas envolvidas, para que todos os novos empreendimentos do Distrito Federal sejam inaugurados de acordo com as leis vigentes de acessibilidade.

Outro ponto proposto pelo programa faz referência à promoção da mobilidade no DF por meio de ações de melhorias do transporte público coletivo. Para viabilizar essas ações, desde 2007, o GDF realiza a renovação da frota de ônibus, bem como a entrega de ônibus adaptados. Hoje, o sistema de transporte público do DF, de acordo com o DFTrans - Transporte Urbano do Distrito Federal, conta com cerca de 3.022 mil veículos, sendo que destes, 950 são adaptados às pessoas com necessidades especiais, contando com elevadores e assentos reservados para pessoas obesas. O objetivo é que toda a frota seja substituída e adaptada gradualmente.

A Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA), Secretaria de Obras, Administração Regional de Brasília, Novacap e Agência de Fiscalização deram início, no final de 2008, às obras de urbanização e revitalização do Setor Comercial Norte (SCN). O local ganhará praças, faixas e calçadas, que podem variar de 2m a 6m de largura, além de novos estacionamentos. O projeto ainda inclui passeios de pedestre, visando otimizar e incentivar o comércio no setor. As obras incluem ainda rampas, pisos adequados, corrimões, faixas táteis e de pedestres, entre outros.

A revitalização do Setor Comercial Sul (SCS) está sendo elaborada em etapas pelos técnicos da Subsecretaria de Planejamento Urbano (Suplan) da Seduma. O objetivo é adaptar a região a padrões internacionais de acessibilidade, além de dinamizar a área. O projeto prevê a revitalização das praças do setor, com instalação de mobiliário, troca de piso e iluminação. Uma ciclovia ao longo da avenida S-3 também faz parte do plano, além das vias centrais e de fácil acesso, o que resultará na melhoria das atividades comerciais e valorização do pedestre na área central da cidade.

No dia 17 de dezembro de 2008 foi inaugurado na estação do Metrô da 114 Sul, a Praça do Cidadão. Esta se configura um espaço para facilitar o atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A estrutura reúne, em um mesmo espaço, órgãos como Procon, Defensoria Pública, Secretaria de Saúde (órteses e



próteses), Programa Habitacional da Pessoa com Deficiência, Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CODDEDE), Diretoria para Assuntos da Pessoa com Deficiência (DPAD) e cursos profissionalizantes para pessoas com deficiência.

A praça foi criada para reunir em um só local todos os órgãos prestadores de serviços diretos a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Assim, o público tem condições de usufruir dos serviços com total acessibilidade, com rampas e elevadores, e transporte via metrô ou ônibus, além da opção de estacionamento.

Na área de capacitação para pessoa com deficiência, o objetivo é oferecer cursos variados, que vão desde artesanato a informática e web designer, nos mais diferenciados horários. O local abriga ainda o serviço de perícia médica, criado pela Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUS, para evitar fraudes na emissão de carteiras de passe-livre. A pessoa com deficiência poderá solicitar o benefício e passar por todo o processo em um único local, sem precisar se deslocar para áreas diferentes.

### **3.4 CONSIDERAÇÕES**

Ao se tratar de políticas públicas é importante perceber que não se referem apenas à ação estatal, mas sim, de todos, onde, além do Estado, a sociedade também se faz presente com poder de decisão e controle sobre atos e decisões do governo. As diversas leis existentes a favor da acessibilidade devem transcender o nível normativo sendo aplicadas na realidade, concretizando as disposições que apresentam e, desse modo, proporcionando uma interação entre as diferenças provenientes na sociedade.

A legislação em prol das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em sua constituição é de grande valia para suscitar mudanças de atitudes na sociedade em relação a este segmento. Todavia, mais do que garantir a lei, faz-se necessário que ações sejam concretizadas, incluindo a participação deste segmento da sociedade, bem como de toda a sociedade civil e entidades organizadas para defender seus direitos.

A acessibilidade como direito, tem sido reconhecida gradativamente em todo o território nacional. Ações estão sendo apresentadas como forma de inclusão deste

segmento que, por muito tempo, sempre estive à margem da sociedade. Dessa forma, aumenta-se a participação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida em todos os espaços existentes na comunidade, proporcionando oportunidades iguais para os membros da sociedade. A garantia de acessibilidade aos mais diversos espaços, públicos ou de uso coletivo, é um direito que precisa ser concretizado por meio de ações que busquem promover a cidadania e a plena participação dos sujeitos.

Como profissional responsável pela ampliação e garantia de direitos, o(a) Assistente Social precisa se comprometer na promoção da acessibilidade como forma de garantir que todos possam exercer sua cidadania plenamente com segurança e autonomia. Tal profissional não é apto para criar meios físicos de acessibilidade, mas é para lutar pela eliminação de preconceitos e de barreiras tanto físicas quanto atitudinais, promovendo assim, o respeito pela diversidade e, conseqüentemente, a inclusão social de pessoas excluídas.

De acordo com dados de formuladores de políticas públicas que visam garantir a acessibilidade, muitas ações têm sido desenvolvidas, e dessa forma, o GDF tem contribuído para a inclusão das pessoas com necessidades especiais. Tais iniciativas vêm como forma de concretização da legislação existente em âmbito federal e distrital.

Tem-se otimizado calçadas nas diversas Regiões Administrativas, locais de grande movimentação tem sido revitalizados, há ônibus novos com adaptações às pessoas com deficiência, idosos, obesos, espaço centralizado com diversos serviços oferecidos para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Essas ações têm tornado o DF mais acessível às diversas necessidades das pessoas, porém, as melhores avaliações surgem dos sujeitos que utilizam esses serviços. Neste sentido, o próximo capítulo dará voz a tais indivíduos, trazendo diversas visões sobre as ações promovidas com vistas à acessibilidade, além de pessoas que trabalham em locais que a devam promover e outros sujeitos da sociedade.

## Capítulo IV

---

### 4 RELATOS DE EXPERIÊNCIA DA SOCIEDADE DO DF QUANTO A ACESSIBILIDADE

Nota-se que a sociedade de um modo geral, não está preparada para lidar com indivíduos que possuam algum tipo de necessidade especial. Muitas vezes, tais sujeitos passam a ser tratados como invisíveis, ou mesmo provocam certo espanto quando são vistos em ambientes públicos já que quase não frequentam tais locais.

As ruas, muitas vezes, são irregulares e com vários obstáculos para a pessoa com deficiência ou alguma restrição de movimento. Nas áreas de lazer, cultura e desportes não existem (ou são poucos) projetos abrangentes que atendam a todos os cidadãos e, nas áreas de comércio, indústria e serviços a acessibilidade inexiste ou é inconsistente. As habitações possuem entradas com degraus altos, portas estreitas, objetos que podem ser ameaça. A capacitação para se lidar com pessoas que apresentem algum tipo de necessidade especial em órgãos, tanto público quanto privado, muitas vezes não é proporcionada ou reconhecida pela sua importância.

As ações promovidas com vistas a atender a acessibilidade possibilitam uma maior convivência e interação entre diferentes pessoas, uma vez que favorece os contatos, reencontros e relações sociais. Com isso, as pessoas com necessidades especiais deixam de ser segregadas ou reclusas e passam a fazer parte da sociedade. No entanto, nota-se que, no Brasil, acessibilidade ainda é considerada um tema secundário, não sendo ainda possível encontrar dados gerais sobre tal assunto. (SOARES, 2003)

Desta forma, este capítulo apresentará a visão de diferentes segmentos da sociedade acerca da acessibilidade, sendo relatados trechos de entrevistas coletadas em trabalho de campo em diferentes locais do Distrito Federal, levando em consideração a diversidade de pessoas a fim de assegurar a presença de distintas visões.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> As frases apresentadas em destaque foram extraídas das entrevistas realizadas em pesquisa de campo. As fotos apresentadas foram retiradas pela pesquisadora.

*“... quando passa da porta pra fora aí começa haver algumas limitações. Alguns meio-fios não são rebaixados, os ônibus até tentam mais não são adequados. Então minha maior dificuldade é na locomoção mesmo na rua.”*

A frase acima apresentada é de uma pessoa com deficiência, que desde os dois anos de idade se locomove com o auxílio de muletas devido a sequelas provenientes de poliomielite. Tal sujeito afirma que em sua casa não encontra dificuldades para viver com autonomia, exercendo todas as atividades sem dificuldades. Contudo, quando necessita se locomover pelas ruas da cidade, aparecem os problemas, já que as calçadas não têm uma continuidade, havendo obstáculos, como placas em lugares que impossibilitam a locomoção, ou mesmo carros estacionados em locais reservados para os pedestres. Além disso, muitos meio-fios não são rebaixados ou se são, há carros estacionados obstruindo a passagem.



Rampa de acesso obstruída por contêiner e em péssimo estado de conservação

O entrevistado cita que uma vez precisou permanecer internado em um hospital público, mas o serviço não ofereceu garantias para permanecer no local com autonomia. Não tinha cadeira de rodas, nem cadeira de banho e o banheiro não era adaptado às suas necessidades. Nessa situação, o entrevistado afirmou: “eu fiquei bem desesperado, pois não tinha como me virar dentro do hospital sozinho, se eu precisasse ficar sozinho.”

As rampas são outro problema, pois muitas, quando existem, são construídas sem a devida observação da legislação<sup>12</sup>, sendo inclinadas além do permitido, ocasionando dificuldades no momento de utilizá-las, ou são obstruídas pelos mais diversos tipos de obstáculos, como contêineres, carros, ou outros.

---

<sup>12</sup> NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações e Mobiliário, Espaços e equipamentos Urbanos.

Em relação à frota de ônibus, para o referido sujeito ainda há o que ser feito, pois em alguns o sistema de elevadores não funciona ou o motorista e/ou cobrador não sabe operá-lo. Com isso, nota-se que o sistema de transporte urbano ainda não está conseguindo atingir seu objetivo de garantir que todas as pessoas o utilizem com completa autonomia e segurança, conforme se pode observar na seguinte afirmativa, “não ando pra todo lugar sozinho, por não consigo subir para o ônibus... então até hoje não esta 100 % livre pra gente ir e vir.” Ainda é possível observar o relato da experiência que teve ao tentar utilizar os ônibus adaptados: “o motorista ficou desesperado, pois não conseguiu colocar o elevador pra funcionar, eu fiquei feliz da vida porque pensei que todos os ônibus são adaptados e não precisarei mais de alguém pra estar comigo indo e vindo, mas no dia que precisei não funcionou.”

A locomoção na rua deve ser garantida a todos os sujeitos, independente de suas limitações ou capacidades, isto é, todos os mobiliários urbanos, devem estar dispostos de modo a não interferir na livre circulação das pessoas, assim como não se deve existir obstáculos de forma a obstruir a passagem. A acessibilidade deve ser idealizada de forma a possibilitar que as pessoas que possuem alguma necessidade especial, mesmo que temporariamente, possam usufruir de seu direito de ir e vir com total segurança e autonomia.

***“Eles não fazem uma pesquisa para perguntar como é que está. Como ficaria melhor minha vida na rua. Por exemplo, um comerciante, ele quer construir uma rampa, mas ele não faz uma pesquisa de como construir aquela rampa e atender minhas necessidades, eles não fazem isso.”***

Quando se trata da participação dos sujeitos nas formulações de políticas públicas, nota-se que esta passou a ser de fato considerada a partir dos anos 1990, quando começou a ser pensada como um dos princípios organizativos centrais de processos de discussão democrática. Por conseguinte, “fazer participar os cidadãos e as organizações da sociedade civil no processo de formulação de políticas públicas foi transformado em modelo da gestão pública contemporânea”. (MILANI, 2008)

A participação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida quanto à formulação de políticas públicas pode ser descrita conforme Sassaki (informação verbal)<sup>13</sup> de:

- "nunca ouvidas" para "às vezes lembradas" - mas não necessariamente ouvidas. Ou seja, as políticas eram elaboradas para o bem delas, porém sem seu conhecimento. Desse modo, as ações desenvolvidas eram vistas como forma de benevolência às pessoas que não estavam dentro dos padrões sociais e, portanto, estavam segregadas da sociedade.
- "às vezes ouvidas" – ainda aceita como uma recompensa por parte da sociedade;
- "às vezes ouvidas" – agora como garantia de direito;
- "cada vez mais ouvidas" - pelo empoderamento que passaram a exercer. Atualmente, a sociedade tem passado, gradativamente, a ouvir e respeitar a opinião das próprias pessoas interessadas quando o assunto é políticas públicas sobre questões relacionadas à deficiência. (SASSAKI, 2009)

Cunha e Cunha (2002, p.12) afirmam que muitas das políticas públicas existentes são resultados da luta de diversos movimentos por garantia de seus direitos, isto é, são respostas do Estado às demandas provenientes da sociedade e do seu interior. Neste sentido, pessoas que não estão diretamente envolvidas em movimentos sociais, por exemplo, muitas vezes permanecem à margem quanto à formulação e implementação das políticas. Sobre este assunto um



Calçada em péssimo estado de conservação próximo ao Hospital de Base do Distrito Federal.

entrevistado afirmou: “Eu vejo muito no papel. Falam muito, fazem muita propaganda, mas só quem sente realmente no dia a dia sabe das dificuldades. E eles não colocam

---

<sup>13</sup> Notícia fornecida por Romeu K. Sassaki na cidade de Bauru-, São Paulo, em julho de 2009. Disponível em <http://www.via6.com/topico.php?tid=76643>

pessoas realmente preparadas para realizar aquilo, sujeitos que tenham uma necessidade, colocam pessoas diferentes. Então permanece mais no papel.”

O que se percebe é que este discurso é bastante aceito entre as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, reconhecendo-se que ainda há muito a se fazer para adquirir um modelo de participação social plena. Com isso, supõem-se mudanças na cultura dos gestores de políticas, além de capacidade propositiva da sociedade civil, de forma a cessar as marcas do clientelismo e paternalismo profundamente enraizadas na sociedade.

Quanto às ações desenvolvidas no Distrito Federal, tem-se buscado a plena participação dos segmentos interessados, tal como na formulação do projeto de acessibilidade para a região administrativa do Riacho Fundo II, onde a comunidade local de deficientes visuais foi convidada, via administração regional, a participar das reuniões, sendo que se pretende expandir tal atitude às demais regiões administrativas para a formulação e implementação de projetos voltados para a promoção de acessibilidade.

É importante dar voz a este segmento, uma vez que são os maiores interessados, além de saberem quais são as maiores necessidades e o melhor jeito de serem concretizadas as ações. As ações devem ser realizadas não como uma recompensa por parte da sociedade, mas sim, como uma garantia legal.

***“E outras vezes eu não vou pra não dar trabalho. Exemplo: acampamento, eu já me preocupo. O acampamento está preparado pra me receber? Como eu vou fazer? Então, geralmente eu não vou pra não dar trabalho pras pessoas que estão lá. Minha maior dificuldade está no fato de querer andar sozinha.”***

O artigo 5º da Constituição Federal assegura que todos têm o direito de ir e vir, porém, é necessário que haja condições iguais de acesso, de modo que todos possam exercer seus direitos. Para as pessoas com deficiência ou que tenham alguma dificuldade de locomoção, ter que pedir ajuda a todo o momento pode se tornar um constrangimento.

Os indivíduos que possuem algum tipo de necessidade especial geralmente vivem reclusos ou segregados, não somente por falta de acessibilidade mais também por vergonha ou receio de ser vista como um empecilho às demais pessoas. As ações de acessibilidade devem garantir a entrada de tais pessoas nos locais e veículos bem como sua utilização de maneira independente.

O depoimento supracitado em destaque relata a preocupação de diversas pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no momento de ir a algum lugar. Como agir em lugares que não conhece e não sabe se é preparado para atender suas necessidades? Conforme salienta Duarte e Cohen (2004):

[...]muitas das dificuldades para se deslocar de um ponto a outro do espaço urbano podem representar tanto um desafio a ser superado, quanto um cansaço desencorajante em seus movimentos reduzidos, mas dificilmente um convite ao prazer de usufruir dos lugares.

No entanto, não basta apenas garantir um ambiente acessível, deve-se também assegurar funcionários capacitados. Foi possível notar em discursos de diversas pessoas a presença da capacitação como forma de auxiliar na concretização da acessibilidade, exemplo disso, nota-se na fala de um bancário: “eu acho que a empresa deveria investir mais em qualificar os profissionais, pois tem muita gente sem o jeito. Por exemplo, vê o deficiente visual, vai até ele, o segura pelo braço e carrega. E não é assim.”



Prédio acessível a cadeirantes localizado no Setor Comercial Sul – DF.

A capacitação de profissionais não é incentivada pelas empresas. Conforme citado por um funcionário de um banco, “nós não temos muito tempo pra realizar capacitação, não vamos tirar uma hora do atendimento pra ficar fazendo curso lá dentro. Eu comecei a fazer um curso de Libras uma vez, mas porque teve greve ou outra coisa onde não teve expediente.”



Muitas empresas não investem em capacitação para seus funcionários por não perceberem como um meio de se obter retorno financeiro, conforme confirma a frase: “Eu sei que tem um curso, porém, é muito difícil o gerente mandar alguém da agência fazer um curso de Libras. Eles visam muito o lucro, então para que capacitar pra atender um deficiente? Muito raramente. Eles têm a visão de que, se vêm poucos deficientes, para que capacitar pessoas pra atendê-los? A capacitação parte mais do funcionário ter vontade, pois o banco não incentiva muito.”

Outros funcionários não conseguem visualizar a importância de uma capacitação em conjunto com ações de acessibilidade, como se pode perceber pelo depoimento a seguir: “não acredito que uma capacitação iria mudar muito meu trabalho hoje, porque, por exemplo, atender a pessoa deficiente é uma coisa agora se eu trabalhasse na área de poder dar acessibilidade, como engenheiro que faz uma rampa e esse tipo de coisa, aí acho que sim. Porque o que preciso fazer já sei, mas no caso eu não preciso quebrar uma parede ali e fazer um elevador.”

***“Infelizmente a sociedade não respeita as pessoas obesas, as tratam como pessoas preguiçosas e sem valor, acho que talvez pela pouca informação que o governo passa sobre o que é obesidade.”***

A obesidade no Brasil e no mundo é um fenômeno cada vez mais presente. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, está aumentando o número de pessoas obesas. As pesquisas indicam que há cerca de 17 milhões de obesos no Brasil, o que representa 9,6% da população. Perante este considerável percentual, ainda são pouco discutidas

no país ações que visem assegurar às pessoas que estejam com sobrepeso uma vida como a de qualquer outro cidadão.



Cadeira adaptada para pessoas obesas.  
Fonte: CPA

Uma conquista a ser citada refere-se à adaptação de ônibus às pessoas obesas, de forma que atualmente existem cadeiras sem a divisória central. Estes indivíduos também não são obrigados a passar pela roleta, podendo desembarcar pela porta dianteira. Tais cadeiras visam evitar que atitudes como a citada a seguir ocorram: “Certa vez, sentei em uma cadeira no ônibus e ao meu lado estava vazio. Só havia esta cadeira vazia no ônibus, entrou uma senhora e disse que não ia sentar ao meu lado, pois não cabia na cadeira. Senti certo preconceito na fala dela”.

A sociedade precisa reconhecer que a obesidade não é uma escolha pessoal, mas uma condição derivada de uma série de fatores tais como genética, hábito de vida, doenças entre outras possibilidades. As adaptações aos obesos não devem ficar restritas às cadeiras especiais nos transportes públicos, mas deve-se também realizar tais mudanças em locais como teatro, cinema, restaurantes, bares, escolas, etc., de forma a garantir uma liberdade e autonomia para este segmento da sociedade.

***“Acabei de parar, é rapidinho, só vou fazer um negócio ali. Vou continuar fazendo isso, sempre que precisar usar a vaga rapidamente. Só parei aqui porque vim aqui pegar uma nota e já estou saindo agora, só estou conferindo a nota e já estou indo”.***

Não é difícil andar pelos estacionamentos do Distrito Federal e se deparar com pessoas estacionadas em vagas especiais. Quando questionadas sobre o porquê da mencionada atitude, os argumentos acima são os mais utilizados. A legislação brasileira<sup>14</sup> prevê que em todo estabelecimento público ou de uso coletivo deve ser destinado um número equivalente a 2% do total das vagas para as pessoas com deficiência e idosos, sendo garantida, no mínimo, uma vaga.

Em uma visita ao Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF) nota-se que há vagas destinadas às ambulâncias, bombeiros, Policiais Militares, mas não para pessoas com deficiência ou idosos. A farmácia do citado hospital tem sua entrada voltada para o mesmo estacionamento do Pronto Socorro e diariamente recebe pessoas com as mais

---

<sup>14</sup> Lei nº 10098 de 19/12/2000, artigo 7, parágrafo único. “As vagas a que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.”

diversas necessidades ou limitações, desta forma um cadeirante informou que para chegar até a farmácia precisou estacionar seu carro a alguns metros de distância, necessitando passar pela rua já que as calçadas são de difíceis acessos.

Outro problema citado faz referência ao respeito para com as faixas zebreadas presentes em cada vaga reservada, as quais permitem uma distância de um carro a outro de modo que uma cadeira de rodas consiga passar. Muitas vezes tais traçados não são respeitados e, por conseguinte, os cadeirantes não conseguem entrar ou mesmo sair do carro.

Um indivíduo entrevistado, também cadeirante, fez o seguinte balanço das vagas especiais: “É bom, mas ainda precisa ter uma conscientização das pessoas. Então não adianta eles aumentarem as vagas se vão continuar tendo pessoas que não precisam de vagas para ficar mais uns cinco minutinhos, pois aqueles cinco minutinhos fazem falta pra alguém que precisa realmente”



Calçada localizada próximo a farmácia do HBDF.

Relacionado com a mudança de atitude na sociedade brasileira, a legislação prevê que o:

[...] poder público deve promover campanhas informativas e educativas dirigidas à população em geral, com a finalidade de conscientizá-las e sensibilizá-la quanto à acessibilidade e à integração social da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, Lei nº 10.098, art. 24)

***“No banco é um pouco difícil pela acessibilidade do banco. Por que, por exemplo, o caixa está localizado no subsolo e não tem como um cadeirante chegar. Tem toda a acessibilidade pra pessoa com deficiência visual. Mas mesmo assim ainda acho difícil, tem escadas e pra cadeirante não tem jeito. Então os caixas têm que subir e fazer o que eles querem na parte de cima.”***

Estabelecimentos que prestam serviços tanto de caráter público quanto privado, devem estar preparados de forma a atenderem todos os tipos de pessoas com as mais diversas características. Há certos lugares que promovem uma “falsa acessibilidade”, isto é, possibilitam toda uma acessibilidade na frente, mas quando se adentra no estabelecimento não há condições para a livre circulação interna com autonomia.

Desse modo, em projetos de acessibilidade, deve-se levar em consideração o conceito de rota acessível, o qual diz respeito ao “percurso livre de qualquer obstáculo de um ponto a outro e compreende uma continuidade e abrangência de um ponto a outro” (GUIMARÃES, 1990 apud DUARTE E COHEN, 2006). Isto é, faz alusão a um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado que integra espaços internos e externos de um ambiente, podendo ser utilizado por todos de forma autônoma e segura.

Um exemplo da ausência de uma rota acessível pode ser visualizado na foto apresentada da QN 16 do Riacho Fundo II, onde habitam alguns deficientes visuais e ainda não há nenhuma calçada ou piso tátil de forma a auxiliá-los na travessia até a residência. Este percurso é hoje feito sem auxílio pelo meio da rua, disputando espaço com carros e ônibus.



Outro exemplo a ser citado se refere a uma agência bancária localizada no Plano Piloto, onde logo na entrada esta equipada com todo um aparato para deficientes visuais como o piso tátil. Ainda na entrada do banco, encontra-se um sinalizador de que a agência possui elevador, contudo, no interior não existe tal equipamento.

Se um cadeirante necessita adentrar a agência, ele já não consegue passar pela porta giratória, precisando chamar o guarda. Se desejar ir até o atendimento geral, não tem como chegar até a mesa, pois não há espaço suficiente para sua locomoção. Precisando efetuar algum pagamento, devido aos caixas se encontrarem no subsolo,

inclusive o preferencial, seu acesso é impedido. Mesmo para as pessoas que possuam algum tipo de limitação, é difícil já que o acesso se dá por meio de escadas.

Em uma análise feita por um deficiente visual, pode-se observar a seguinte afirmação: “os bancos têm o chão (acessível), mas só o chão não resolve, pois o que adianta o sujeito conseguir andar dentro da agência se ele não consegue utilizar os equipamentos? Então parece que existem legislações, inclusive da ABNT, no sentido de que os bancos se adéquem, mas ainda é muito irrisória. Quando eu vou ao Banco do Brasil com meu cartãozinho, por exemplo, primeiro tem cinco caixas eletrônicos, então localizo o que me atende por uma faixa tátil no chão, injeto meu fone de ouvido... tem suas limitações, mas já esteve pior.”

***“Não tem nada não, tem o que tem em todas as quadras, um asfalto, meio-fio, às vezes está até pintado o chão, mas não da pra ver né?!”***

O Governo do Distrito Federal tem destinado, em algumas regiões administrativas, lotes para as pessoas com deficiência, como na QN 16 do Riacho Fundo II, onde foram entregues em 2006 cerca de 60 lotes para famílias que possuam alguma pessoa com deficiência visual em sua constituição, além de 44 lotes em Santa Maria e 55 em Samambaia.

Em uma visita pela QN 16 do Riacho Fundo, é possível notar a total falta de acessibilidade para uma expressiva demanda existente no local, perceptível no discurso de um casal de deficientes visuais entrevistados próximos à sua residência, após virem de um passeio onde utilizaram o transporte urbano público: “para chegarmos aqui, passamos pelo retorno



Parada de ônibus próximo a QN 16 do Riacho Fundo II

porque não tem calçada. Nós viemos da parada lá em cima pela pista porque não tem

calçadas e nem semáforo. A faixa de pedestre pra quem tem baixa visão, não é possível enxergar porque ela está apagada. A parada fica bem mais pra lá e a pessoa não consegue achar a faixa, porque não tem nenhuma rampinha, meio-fio ou posto pra bengala bater, não tem nada. Eu, por exemplo, faço de tudo pra pegar só o ônibus para o Riacho Fundo II, mas mesmo assim o ônibus para no ponto lá em cima, depois do balão. Tem a baía aqui, mas são pouquíssimos ônibus que param aqui, você tem que ficar brigando com o motorista pra ele parar aqui. Ele entraria, faria o retorno e voltaria pra lá. Pensa se eles querem? Uma parada só e eles não querem. Na parada lá, inclusive não tem acessibilidade nenhuma, você desce e é uma lama só, não tem calçada.”

Em reportagens publicadas em jornais do DF, foi questionada a ausência de ações para atender estas pessoas. Existe o projeto denominado “Caminho fácil” que tem como objetivo garantir a todos o direito de ir e vir, mediante a implantação de rotas acessíveis, e possibilitar a apropriação dos espaços públicos adjacentes às suas moradias. Tal projeto propõe que sejam colocadas faixas táteis – perceptíveis por quem utiliza bengala – ao longo das calçadas, próximas a telefones públicos e em áreas de travessia – além de uma linha tátil nas faixas de pedestres para guiar as pessoas com deficiência. O citado projeto foi idealizado no mês de abril, contudo ainda hoje a situação continua a mesma.

***“Quase cai devido a uma arrancada brusca do veículo, corri atrás do ônibus que parou fora do espaço reservado para embarque e desembarque e fui ignorado pelo motorista que passou reto ao meu sinal.”***

A população de pessoas com 60 anos ou mais, ao longo dos anos, tem aumentado consideravelmente no Distrito Federal, passando de 1,2% no ano de 1960 para 5,3% em 2000, devido tanto pelo declínio da fecundidade quanto do declínio da mortalidade. O corpo de uma pessoa idosa passa por transformações que interferem no social, cognitivo e mesmo físico.

A sociedade procura pessoas cada vez mais ágeis e dinâmicas, que consigam realizar diversas atividades ao mesmo tempo e no menor tempo possível. Em sentido

oposto estão as pessoas idosas e com diversas necessidades especiais, pois em grande parte demandam mais tempo para realizem atividades.

As pessoas idosas têm garantido por lei a utilização do transporte coletivo gratuito, e algumas vezes os motoristas ignoram estes sujeitos por estarem atrasados e não poderem “esperar”. Porém, os rodoviários entrevistados relataram que apenas passam direto quando dão o sinal em cima e não há como parar o ônibus, pois pode ser provocada uma batida.

Um cadeirante descreveu que quando precisa utilizar o transporte coletivo é necessário se esconder atrás da parada de ônibus e pedir para outro usuário dar o sinal, pois muitas vezes os motoristas não param por não quererem ter que descer para ajudar principalmente nos transportes que ainda não contam com a adaptação.

#### **4.1 CONSIDERAÇÕES**

Quando surgiu, a acessibilidade era tratada apenas como a garantia de acesso a edifícios e logradouros, atendendo fundamentalmente às pessoas com deficiência, sendo gradativamente tratada como assunto de responsabilidade do governo e de toda a sociedade. Neste sentido, passou a ser vista como uma política de mobilidade com a finalidade de assegurar, além da inclusão social, a equiparação de oportunidades e a prática da cidadania, de modo autônomo.

Ter uma restrição de movimento é algo possível a qualquer pessoa e em diversos momentos da vida, por exemplo, mulheres gestantes ou com crianças de colo, pessoas idosas que apresentam limitações corporais, sujeitos que utilizem muletas ou outro objeto para a locomoção. Dessa forma, é possível ter relatos de experiências de desrespeito a essas limitações nos mais diversificados espaços públicos e privados.

A partir dos relatos aqui apresentados e discutidos, conclui-se que estão sendo realizadas ações que almejam promover uma maior participação social, contudo, ainda é indispensável que sejam efetuadas iniciativas de forma a garantir o pleno exercício de pessoas que muitas vezes são esquecidas em nossa sociedade, buscando sempre a

participação delas na formulação e implementação de políticas públicas de acessibilidade.

A capacitação dos profissionais é outro ponto essencial para a consolidação das políticas de acessibilidade, pois possibilita um melhor atendimento para com as pessoas que necessitam de um tratamento diferenciado devido às suas limitações. Muito mais do que produzir leis que garantam os direitos, faz-se necessário que se busque uma sensibilização de toda sociedade de forma a eliminar os preconceitos que possam existir e possibilitar que as políticas públicas sejam concretizadas e respeitadas. É preciso aprender a conviver com a diferenças.



## Capítulo V

---

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Este trabalho teve como finalidade investigar as ações de acessibilidade promovidas pelo Governo do Distrito Federal e como estas são vistas e respeitadas pela sociedade local. Para tanto, buscou-se conhecer as concepções teóricas existentes acerca acessibilidade, assim como sua configuração histórica no mundo e no Brasil. Optou-se, então, por realizar um trabalho de campo com vistas a uma melhor compreensão dos enfoques objetivos e subjetivos da problemática.

A partir da análise teórica e do contexto histórico circundantes, e do que foi percebido no trabalho de campo, chegou-se à conclusão de que a acessibilidade é um assunto ainda incipiente na formulação e implementação das políticas públicas, bem como no cotidiano da sociedade, por mais que já seja possível visualizar algumas mudanças.

A promoção da acessibilidade proporciona uma convivência entre os seres humanos e destes com o ambiente em que vivem, portanto, pode-se inferir que essa constitui uma prática social. Perante isso, possibilitar tal interação pode contribuir para a desconstrução de preconceitos provenientes do desconhecimento acerca do outro e de suas diferenças, além de que qualquer pessoa pode em algum momento da vida vir a precisar de algum serviço especial.

A legislação brasileira trata de maneira exemplar a acessibilidade, bem como diversos órgãos oficiais. Todavia, falta ainda uma melhor ou maior aplicabilidade, pois se podem realizar ações sem que estas de fato atendam as necessidades das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

O que mais se percebe é a ausência de uma conscientização ou sensibilização da sociedade para com as pessoas com necessidades especiais como sujeitos de direitos e capazes de terem uma vida autônoma, se tiverem as condições necessárias. Dessa forma, reconhecendo que não são estorvos ou empecilhos.

Falta uma capacitação dos profissionais quanto ao trato para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Muitos não sabem como lidar ou agir diante de uma

pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, não tem paciência com as limitações existentes no ser humano, não conhecem os direitos dessas pessoas.

Paralelamente ao investimento na adaptação do ambiente às pessoas com necessidades especiais, faz-se necessário investir em capacitação de funcionários para que se possa saber lidar com as diferenças das pessoas. Não basta somente colocar um ônibus adaptado nas ruas, se o motorista não está preparado para atender um idoso que tem seus movimentos mais lentos, ou o piso tátil na entrada de um banco se o funcionário não está preparado para conduzir um deficiente visual no interior da agência.

As mudanças de valores e atitudes na sociedade devem ser gradativamente suscitadas através de campanhas que mostrem que as pessoas não podem ser padronizadas, onde cada um, com suas diferenças, possibilitam que haja a diversidade e todos têm o direito de serem atendidos e respeitados em suas necessidades.

Os projetos de promoção da acessibilidade no Distrito Federal, mesmo que ainda de forma tímida, têm saído do papel e se concretizado em ações que buscam uma inclusão de segmentos que historicamente se encontravam à margem da sociedade. Contudo, ainda há muito que ser feito sempre pelo Governo em conjunto com a participação da sociedade civil e grupos de pessoas com necessidades especiais, que são os maiores interessados e entendedores de como as ações devem ser concretizadas.

Devem ainda levar em conta não apenas a acessibilidade interna de um ambiente, mas todos os lugares precisam realizar mudanças simples, que podem fazer toda a diferença para quem necessita: como rampas de acesso às calçadas bem conservadas e livre de elementos que impeçam a livre circulação, balcões de atendimento na altura que atenda uma pessoa cadeirante, entre outras.

Entende-se que os aspectos aqui abordados estão longe de serem esgotados, sendo este um primeiro passo na busca por compreender as ações desenvolvidas no governo local com a finalidade de promover a inclusão de um segmento historicamente colocado à margem da sociedade. O tempo e os recursos financeiros não possibilitaram um maior aprofundamento acerca do tema, porém, o desejo por continuar o estudo sobre o tema ainda se manifesta.

## Referências

---

ARAUJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. 3. ed. Brasília: CORDE, 2003. (Série Legislativa em Direitos Humanos, Pessoa Portadora de Deficiência, v.3).

BRASIL. **Acessibilidade**: a vida sem obstáculos. Cartilha do Ministério Público de Mato Grosso. 2007.

\_\_\_\_\_. Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal. **Idoso**: informações sobre os direitos, políticas públicas e guia de serviços e benefícios sociais. Brasília: CID/DF, 2009.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Câmara dos Deputados. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Coordenadoria Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência. **Acessibilidade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

\_\_\_\_\_. **Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 21.673, de 31 outubro de 2000**. Dispõe sobre adaptações nas vias públicas do Distrito Federal, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 22.419, de 21 de setembro de 2001**. Dispõe sobre a criação de selo de acessibilidade e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 23.842, de 13 de junho de 2003**. Dispõe sobre a acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais em imóveis ocupados pelo Governo do Distrito Federal.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 27.912, de 02 de maio 2007**. Institui a nova comissão permanente de acessibilidade do Governo do Distrito Federal e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 27.977, de 28 de maio de 2007.** Cria o Programa Mão na Roda destinado a transportar pessoas com mobilidade reduzida, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.048 de 8 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. **Brasil acessível:** programa brasileiro de acessibilidade urbana: atendimento adequado às pessoas com deficiência e restrição de mobilidade. Brasília, 2006. Caderno 1.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Brasil acessível:** programa brasileiro de acessibilidade urbana: construindo a cidade acessível. Brasília, 2006. Caderno 2.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Brasil acessível:** programa brasileiro de acessibilidade urbana: implementação do decreto 5.296/04 - Para construção da cidade acessível. Brasília, 2006. Caderno 3.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Brasil acessível:** programa brasileiro de acessibilidade urbana: implementação de políticas municipais de acessibilidade. Brasília, 2006. Caderno 4.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Brasil acessível:** programa brasileiro de acessibilidade urbana: implantação de sistemas de transporte acessíveis. Brasília, 2006. Caderno 5.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Brasil acessível:** programa brasileiro de acessibilidade urbana: boas práticas em acessibilidade. Brasília, 2006. Caderno 6.

CFESS. Código de Ética dos Assistentes Sociais. Brasília, 1993.

COSTA, Gabriela R.V.; MAIOR, Izabel M.M. de L.; LIMA, Niusarete M. de. **Acessibilidade no Brasil: uma visão histórica: III Seminário e II Oficinas** “Acessibilidade, TI e Inclusão Digital”. São Paulo. Setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade/cd2005/conteudo/ATIID2005/MR1/01/AcessibilidadeNoBrasilHistorico.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas públicas e sociais. In: **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. 89 p. (Coleção Primeiros Passos, 324).

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, R. Afeto e Lugar: A Construção de uma experiência afetiva por pessoas com dificuldade de locomoção. In: **Anais do Seminário Acessibilidade no Cotidiano**. Versão em CD. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.proacesso.fau.ufrj.br/artigos/Afeto%20e%20Acesso%20%20ACESSIBILIDADE%20NO%20COTIDIANO.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Proposta de Metodologia de Avaliação da Acessibilidade aos Espaços de Ensino Fundamental. In: **Anais NUTAU 2006: demandas sociais, inovações tecnológicas e a cidade**. São Paulo, USP: 2006. Disponível em: <<http://www.proacesso.fau.ufrj.br/artigos/Acessibilidade%20em%20Escolas%20NUTAU%202006.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

GEREMIA, Daniel. FALKENBACH, Atos Prinz. **Paradesporto natação: um olhar sobre a acessibilidade**. Revista Digital. Ano 13. n° 130. Buenos Aires. Março de 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd130/paradesporto-natacao-um-olhar-sobre-a-acessibilidade.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

GIL, Marta. **Acessibilidade, inclusão social e desenho universal: tudo a ver**. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/martagil.php>>. Acesso em 09 de maio de 2009.

GUEIROS, Maria José Galvão. **Serviço Social e Cidadania**. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

LOIOLA, Mariana. **Acessibilidade**: uma chave para a inclusão social. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=263>>. Acesso em: 20 maio 2009.

MEDEIROS, Marcelo, DINIZ, Débora. Envelhecimento e Deficiência. In: CAMARANO, A.A. (org). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

MILANI, Carlos R. S. **O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais**: uma análise de experiências latino-americanas e européias. Rio de Janeiro, maio/jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a06v42n3.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2009.

PEREIRA, Potyara A.P. Discussões conceituais sobre políticas sociais como políticas públicas e direito de cidadania. In: **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. BOSCHETTI, Ivanete et. al (Org). São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Política social**: temas & questões. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PROGRAMA: **Acessibilidade**: Direito de todos. Disponível em: <[http://www.cpa.seduma.df.gov.br/Programa\\_Acessibilidade\\_Direito\\_de\\_Todos/Programa\\_Acessibilidade\\_Direito\\_de\\_Todos.pdf](http://www.cpa.seduma.df.gov.br/Programa_Acessibilidade_Direito_de_Todos/Programa_Acessibilidade_Direito_de_Todos.pdf)>. Acesso em: 07 nov. 2009.

RESOURCE: The Coucinl for Museums, Archives and Libraries **Acessibilidade** [tradução: Mauricio O. Santos e Patricia Souza]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: [Fundação] Vital, 2005. (Série Museologia; 8).

Reviva a Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência do MPDFT (PRODIDE) em revista. **Inclusão Social**. Direitos Legítimo das pessoas portadoras de deficiência. 2005.

\_\_\_\_\_. **Reorganizar os laços sociais** Uma questão de honra 2006.

\_\_\_\_\_. **Responsabilidade Institucional** Em busca da eficácia social dos direitos. 2007.

\_\_\_\_\_. **Ações Integradas para construir uma nova realidade.** 2008.

SANTOS, Layreane Silvano dos. **O Benefício de prestação continuada previsto na LOAS:** concepções de direito e implicações para as pessoas portadoras de deficiência e pessoas idosas. Brasília, 2000. (mimeo.)

SASSAKI, Romeu K. **Conceito de Acessibilidade.** Evolução do Conceito. Disponível em: < <http://www.bengalalegal.com/romeusassaki.php>>. Acesso em: 03 maio 2009.

\_\_\_\_\_. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Disponível em: <<http://www.via6.com/topico.php?tid=76643>>. Acesso em: 01 out. 2009.

SILVA, Maria Isabel da. **CVI** – Centro de Vida Independente, o que é isso? Jornal da AME – Edição nº 61, Jan/Fev. de 2007. Disponível em: < <http://www.bengalalegal.com/c-v-i.php>> Acesso em: 18 set. 2009.

SOARES, Ciane Gualberto Feitosa. **Acessibilidade ao patrimônio cultural:** políticas públicas e desenvolvimento sustentável. UnB, 2003. (mimeo)

## Anexos

---

### Anexo 1

#### Termo de Consentimento Livre Esclarecido

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “Acessibilidade no Distrito Federal: uma análise das ações desenvolvidas e a visão da sociedade”. O objetivo é verificar o imaginário da sociedade do DF acerca das pessoas com restrição de movimento, a fim de compreender se este influencia na formulação das políticas públicas de acessibilidade e em seu reconhecimento por parte da sociedade.

O(A) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe é assegurado que seu nome não aparecerá. Será mantido o mais rigoroso sigilo, sendo omitidas quaisquer informações que permitam identificá-lo(a). A sua participação é voluntária, sem nenhum tipo de remuneração.

A sua participação ocorrerá por meio de entrevista, na data e no horário combinados, tendo duração média de 30 minutos. Haverá registro das informações prestadas por meio de gravação e/ou anotações. O(A) senhor(a) pode se recusar a participar da pesquisa e pode desistir de participar em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a).

Os resultados da pesquisa servirão para a elaboração do trabalho final de conclusão de curso de graduação, do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sob os cuidados da pesquisadora.

Se o(a) senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor, entre em contato com a pesquisadora por meio do telefone (61) 8463.4028 ou do email [carol.38@hotmail.com](mailto:carol.38@hotmail.com)

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o sujeito da pesquisa.

( ) Aceito participar da pesquisa.

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(pesquisadora responsável)

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.



## **Anexo 2**

### **Roteiro de Entrevista Semi-estruturada - Pessoas com necessidades especiais**

- Local onde reside?
- Qual sua profissão/ocupação?
- Tipo de limitação? (idade, obesidade, deficiência física, gestação...)
- Como surgiu a limitação? (por nascimento ou adquirida)
- Como você encara a sua limitação?
- O que entende por acessibilidade?
- A sua casa tem alguma adaptação à sua limitação?
- Você trabalha? Se sim, com o que?
- Como é tratado em seu serviço?
- Você utiliza algum tipo de serviço especial? (filas preferenciais, rampas, etc.)
- Como é tratado pelos funcionários do local?
- E pelos demais usuários?
- O local que utilizou possibilitava condições de acesso adequadas?
- Como é para você passear pela cidade? Encontra barreiras? Quais?
- Em sua opinião, há ações por parte do governo local para promover a acessibilidade?
- Se existe, elas atendem as reais necessidades?
- Para você, as pessoas respeitam as ações de acessibilidade?
- Como você observa que as pessoas reagem diante de sua limitação?
- Já sofreu algum tipo de discriminação?
- Você se sente respeitado/valorizado pela sociedade?
- Você participa de algum tipo de movimento social?
- Você tem dificuldades de participação efetiva na sociedade?

## **Anexo 3**

### **Roteiro de Entrevista Semi-estruturada com universitários**

- Local onde reside?
- Qual sua profissão/ocupação?
- Qual seu curso?
- O que entende por acessibilidade?
- Seu curso já tratou sobre acessibilidade?
- Você convive com alguém que tenha algum tipo de necessidade especial?
- Como você analisa os serviços especiais? (filas preferenciais, rampas, etc.)
- Como você observa/vê as pessoas com necessidades especiais?
- Como você observa que as demais pessoas da sociedade tratam estas pessoas?
- Sua cidade é adaptada para as pessoas com necessidades especiais?
- Você já presenciou alguma discriminação para com estas pessoas?
- Em sua opinião, há ações por parte do governo local para promover a acessibilidade?
- Se existem elas atendem as reais necessidades?
- Para você, as pessoas respeitam as ações de acessibilidade?
- Você acredita que as adaptações atendem as reais necessidades das pessoas?
- Você acha que a sociedade respeita/valoriza estas pessoas?

## **Anexo 4**

### **Roteiro de Entrevista Semi-estruturada com profissionais**

- Local onde reside?
- Profissão/ ocupação
- O que entende por acessibilidade?
- O local onde trabalha oferece algum tipo de serviço especial?
- Você recebeu alguma capacitação para lidar com as pessoas com necessidades especiais?
- Você atende alguém com necessidades especiais? Qual o tipo mais freqüente?
- Qual o tratamento que os demais profissionais oferecem para com essas pessoas?
- Como são vistas/tratadas pelos demais usuários?
- Você já presenciou algum tipo de discriminação para com este segmento?
- Em sua opinião, há ações por parte do governo local para promover a acessibilidade?
- Você acredita que a sociedade respeita tais pessoas?
- O que você acha de medidas de acessibilidade?
- Você acredita que tais ações atendem as reais necessidades das pessoas?
- Você conhece a legislação (estatuto do idoso, lei da acessibilidade, etc)

## **Anexo 5**

### **ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA**

**Título do Projeto:** Sociedade do Distrito Federal e pessoas com restrição de movimento: o impacto dessa relação nas Políticas de Acessibilidade

**Pesquisadora Responsável:** Camila Potyara Pereira

Com base nas Resoluções 196/96, do CNS/MS, que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, após análise dos aspectos éticos, resolveu **APROVAR** o projeto intitulado “Sociedade do Distrito Federal e pessoas com restrição de movimento: o impacto dessa relação nas Políticas de Acessibilidade”.

O pesquisador responsável fica notificado da obrigatoriedade da apresentação de um relatório semestral e relatório final sucinto e objetivo sobre o desenvolvimento do Projeto, no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (item VII.13 da Resolução CNS 196/96).

Brasília, 1º de outubro de 2009.

Profa. Dra. Débora Diniz  
Coordenadora do CEP/IH

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.